

GOVERNO DO BRASIL
MINISTÉRIO DA SAÚDE

MAIS SAÚDE

DIREITO DE TODOS
2008-2011



GOVERNO DO BRASIL
MINISTÉRIO DA SAÚDE

MAIS SAÚDE

DIREITO DE TODOS
2008-2011

© 2007 Ministério da Saúde

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <http://www.saude.gov.br/bvs>

Série C. Projetos, Programas e Relatórios

Tiragem: edição especial – 2007 – 100 exemplares

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Saúde

José Gomes Temporão

Secretaria-Executiva

Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli

Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Francisco Eduardo de Campos

Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

Antônio Alves de Souza

Secretaria de Vigilância em Saúde

Gerson Oliveira Penna

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos

Reinaldo Felipe Nery Guimarães

Secretaria de Atenção à Saúde

José Carvalho de Noronha

Instituto Nacional de Câncer

Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva

Fundação Nacional de Saúde

Francisco Danilo Bastos Forte

Fundação Oswaldo Cruz

Paulo Marchiori Buss

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Dirceu Raposo de Mello

Agência Nacional de Saúde Suplementar

Fausto Pereira dos Santos

Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia

João Paulo Baccara Araujo

SUMÁRIO

Saúde e Desenvolvimento Nacional: Diretrizes Estratégicas	5
Eixos de Intervenção: Diretrizes, Medidas e Metas Prioritárias	9
Promoção da Saúde	11
Atenção à Saúde	23
Complexo Industrial da Saúde	45
Força de Trabalho em Saúde	57
Qualificação da Gestão	65
Participação e Controle Social	73
Cooperação Internacional	79
Recursos Totais Consolidados por Eixos	87
Estimativa de Empregos Gerados	91

SAÚDE E DESENVOLVIMENTO NACIONAL: DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

A saúde constitui um direito social básico para as condições de cidadania da população brasileira. Um país somente pode ser denominado “desenvolvido” se seus cidadãos forem saudáveis, o que depende tanto da organização e do funcionamento do sistema de saúde quanto das condições gerais de vida associadas ao modelo de desenvolvimento vigente. Não basta ter uma economia dinâmica, com elevadas taxas de crescimento e participação crescente no comércio internacional, se o modelo de desenvolvimento não contemplar a inclusão social, a reversão das iniquidades entre as pessoas e as regiões, o combate à pobreza e a participação e organização da sociedade na definição dos rumos da expansão pretendida.

É dessa percepção geral que as ações para a saúde se inserem na política de desenvolvimento do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, voltada para aliar o crescimento econômico com o desenvolvimento e a equidade social. O movimento de democratização do Brasil colocou na Constituição Federal de 1988 um conjunto importante de direitos sociais, inserindo a saúde como um dever do Estado e direito da população. Essa percepção foi um marco do atual processo histórico de conformação de um sistema de proteção social no País. No período recente, o Brasil tem avançado do ponto de vista da inclusão social e da atenuação das desigualdades sociais, de modo reconhecido pelas mais diversas e independentes correntes de pensamento.

O Sistema Único de Saúde (SUS) constitui um projeto social único no conjunto dos países em desenvolvimento, cujos princípios de universalidade, integralidade e equidade estão firmados na Carta Magna do País de 1988, dando um sentido às ações propostas. Em que pesem as dificuldades históricas e estruturais de implementação de um projeto de tal envergadura, o SUS já ocupa de fato um espaço importante na sociedade e na percepção dos direitos de cidadania, espaço este que vai muito além da retórica e do terreno das intenções.

A título de exemplos destacados da abrangência e do impacto do SUS, podem ser citados os seguintes marcos atingidos no período recente, sabendo-se que mais de 70% da população brasileira depende exclusivamente do SUS:

- 87 milhões de brasileiros são acompanhados por 27 mil Equipes de Saúde da Família (ESF), presentes em 92% dos municípios, sendo a base para um novo modelo assistencial.
- Cerca de 110 milhões de pessoas são atendidas por Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que atuam em 95% dos municípios brasileiros.
- O SUS realizou, em 2006, 2,3 bilhões de procedimentos ambulatoriais, mais de 300 milhões de consultas médicas e 2 milhões de partos.
- Nas ações de maior complexidade, foram realizados 11 mil transplantes, 215 mil cirurgias cardíacas, 9 milhões de procedimentos de quimio e radioterapia e 11,3 milhões de internações.
- A qualidade e o impacto de alguns programas nacionais de saúde são altamente reconhecidos em termos internacionais, a exemplo dos programas de imunização, de aids e do controle do tabagismo, atingindo resultados dificilmente igualáveis no mundo.
- O SUS constitui um exemplo destacado de pacto federativo democrático, no qual as ações são acordadas em instâncias formais com a participação das três esferas da Federação, havendo uma prática já disseminada de controle e de participação social, que constitui um modelo para outras iniciativas em curso nas políticas públicas do País.

No campo econômico, a saúde pode ainda ser olhada por um outro prisma. A experiência internacional mostra que a saúde configura um complexo de atividades produtivas de bens e serviços que permite alavancar segmentos-chave

da sociedade contemporânea, baseada no conhecimento e na inovação. A estimativa internacional disponível, apresentada pelo Fórum Global para a Pesquisa em Saúde em 2006, indica que a saúde responde por 20% da despesa mundial, pública e privada, com as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D), representando um valor atualizado de US\$ 135 bilhões, sendo claramente uma das áreas mais dinâmicas do mundo.

A saúde possui, assim, duas dimensões que se associam a uma nova aposta para o desenvolvimento do Brasil. É parte da política social e do sistema de proteção social e fonte de geração de riqueza para o País. O direito à saúde articula-se com um conjunto altamente dinâmico de atividades econômicas que podem se relacionar virtuosamente num padrão de desenvolvimento que busque o crescimento econômico e a equidade como objetivos complementares.

Com base nessa perspectiva, o entendimento das ações voltadas para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde como um ônus ou um fardo que apenas onera o orçamento público mostra-se limitado para se pensar a saúde como parte constitutiva da estratégia de desenvolvimento e como uma frente de expansão para um novo padrão de desenvolvimento comprometido com o bem-estar social. A saúde contribui tanto para os direitos de cidadania quanto para a geração de investimentos, inovações, renda, emprego e receitas para o Estado brasileiro. Em termos econômicos, a cadeia produtiva da saúde, englobando as atividades industriais e os serviços, representa entre 7% e 8% do PIB, mobilizando um valor em torno de R\$ 160 bilhões, e constitui uma fonte importante de receitas tributárias. Emprega diretamente, com trabalhos qualificados formais, cerca de 10% dos postos de trabalho e é a área em que os investimentos públicos com pesquisa e desenvolvimento são os mais expressivos do País. Em termos de empregos diretos e indiretos, em toda a cadeia produtiva, o conjunto dessas atividades representa cerca de 9,0 milhões de trabalhadores inseridos, predominantemente, em atividades intensivas em conhecimento.

Não obstante, há um descompasso entre a orientação para a conformação de um sistema universal, que possui um potencial destacado em termos de desenvolvimento, e o processo concreto de consolidação do SUS. Entre as grandes lacunas para que a saúde se constitua num dos pilares da estratégia nacional de desenvolvimento, cabe destacar:

- A reduzida **articulação da saúde com as demais políticas públicas**, caracterizando um insulamento das ações governamentais frente às necessidades de qualidade de vida da população, que depende da convergência de um amplo conjunto de políticas.
- A presença de uma significativa **iniquidade de acesso**, observada em muitas doenças e agravos, envolvendo, por exemplo, dificuldades para cobrir o conjunto de pessoas com hipertensão e diabetes, para o acompanhamento pré-natal das mulheres grávidas, para conferir maior abrangência no fornecimento de orientação, prevenção e tratamento para os diversos tipos de câncer e para atender ao conjunto das necessidades na área de doenças transmissíveis, em grande parte negligenciadas pelos esforços mundiais de pesquisa e de produção.
- A oferta de bens e serviços permanece fortemente desigual na sua distribuição territorial, reproduzindo a **desigualdade pessoal e regional** que caracteriza o desenvolvimento brasileiro. Observam-se vazios assistenciais dentro das regiões metropolitanas, em sub-regiões menos dinâmicas e mais pobres de todo o País e no nível das macrorregiões, no qual as regiões Norte e Nordeste são claramente carentes de condições adequadas de oferta e de acesso.
- O descompasso entre a evolução da assistência e a **base produtiva e de inovação em saúde**. No momento em que o SUS iniciava sua consolidação com a promulgação da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica nº 8.080, em 1990, a base produtiva industrial em saúde se deteriorava. Essa regressão é evidenciada pela explosão do déficit comercial a partir dos anos 90, com um crescimento de mais de 7 vezes em termos reais, atingindo um patamar superior a US\$ 5 bilhões concentrado nos produtos de maior densidade de conhecimento e de inovação, o que representa uma séria vulnerabilidade da política social.
- O movimento de descentralização e de municipalização das ações de saúde, embora forte e de alta relevância, ocorre de modo fragmentado, perdendo-se uma **visão regionalizada do País**. Assim, ainda há muito a avançar

na organização do SUS como uma rede federativa, regionalizada e hierarquizada, de modo a superar a situação de desigualdade na oferta e a conferir maior eficiência sistêmica às ações implementadas.

- O predomínio de um **modelo burocratizado de gestão**, segundo o qual o controle ineficiente dos meios ocorre em detrimento dos resultados e da qualidade da atenção à saúde. Esse modelo burocratizado perpassa toda a organização do sistema, caracterizando tanto a relação entre a União, os estados e os municípios até o modelo de gestão das unidades de saúde.
- O **subfinanciamento do SUS**, evidenciado tanto pelo gasto *per capita* (6% do Canadá, 11% da Espanha, 56% do México, para dar alguns exemplos) quanto por indicadores simples, mas inquestionáveis, como o preço da consulta médica (R\$ 10) ou de uma cirurgia cardíaca.
- A **precarização do trabalho** e o **baixo investimento na qualificação de recursos humanos**, constituindo uma deficiência expressiva que compromete o desempenho do sistema, que abarca desde o nível federal até a ponta do sistema, onde programas estratégicos de atenção básica – como a Estratégia Saúde da Família (ESF) – são claramente fragilizados. Essa questão interfere tanto na qualidade das ações de promoção, prevenção e atenção quanto na própria conformação da política de saúde como uma política estável de Estado.

O reconhecimento desse quadro e o empenho em intervir e superar tal realidade configuram o sentido maior desta estratégia. O Programa Mais Saúde: Direito de Todos objetiva aproveitar as potencialidades oferecidas pelo setor como um dos elos vitais para um novo padrão de desenvolvimento brasileiro, enfrentando os enormes desafios ainda presentes. O Programa, ora apresentado à sociedade brasileira, contempla 73 medidas e 165 metas num total de R\$ 89,1 bilhões, estando R\$ 65,1 bilhões garantidos no Plano Plurianual (PPA) e R\$ 24 bilhões destinados à expansão das ações. Esse conjunto de iniciativas permite consolidar a percepção estratégica de que a Saúde constitui uma frente de expansão que vincula o desenvolvimento econômico ao social. Insere-se, portanto, na perspectiva aberta pelo Governo do Presidente Lula, ao lançar uma estratégia nacional de desenvolvimento sinalizada pela formulação e pela apresentação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) à sociedade brasileira.

O programa busca, numa perspectiva mais abrangente, aprofundar e atualizar os grandes objetivos da criação do SUS, num contexto contemporâneo, agregando novos desafios e dimensões para que os objetivos de universalidade, equidade e integralidade possam se concretizar.

Com base nesse referencial, o Programa Mais Saúde: Direito de Todos define as seguintes **diretrizes estratégicas** que norteiam os Eixos de Intervenção, as medidas adotadas, as metas-síntese e os investimentos previstos que estruturam este documento:

1. Avançar na implementação dos princípios constitucionais para a **consolidação de um sistema de saúde universal, equânime e integral**, mediante um conjunto de ações concretas organizadas em eixos que permitem associar o desenvolvimento econômico e o social, envolvendo tanto o investimento em capital físico quanto nos trabalhadores e profissionais de saúde.
2. Consolidar as ações de **Promoção da Saúde e a Intersetorialidade** no centro da estratégia, como decorrência da articulação das ações de saúde com a nova orientação do padrão de desenvolvimento brasileiro, vinculando crescimento, equidade e sustentabilidade com um novo modelo de atenção centrado na busca de qualidade de vida como uma política nacional e federativa de governo.
3. Priorizar, em todos os Eixos de Intervenção, **os objetivos e as metas do Pacto pela Saúde, na dimensão do Pacto pela Vida**, a saber: saúde do idoso, mental, do trabalhador e da pessoa portadora de deficiência; controle do câncer de colo de útero e de mama; redução da mortalidade infantil e materna; fortalecimento da capacidade de resposta às emergências de saúde pública de relevância nacional e à ocorrência de doenças, com ênfase em dengue, hanseníase, tuberculose, malária e influenza, além da Promoção da Saúde e do fortalecimento da Atenção Básica, tratadas em eixos específicos deste programa.

4. Aprofundar a **estratégia de regionalização, de participação social e de relação federativa**, seguindo as diretrizes aprovadas pelo **Pacto da Saúde**, buscando um aumento decisivo da eficiência sistêmica e organizacional em saúde e retomando o papel central do Governo Federal na organização de redes integradas e regionalizadas de saúde no território brasileiro.
5. Fortalecer o **Complexo Produtivo e de Inovação em Saúde**, permitindo associar o aprofundamento dos objetivos do Sistema Único de Saúde com a transformação necessária da estrutura produtiva do País, tornando-a compatível com um novo padrão de consumo em saúde e com novos padrões tecnológicos adequados às necessidades da saúde.
6. Dar um expressivo salto na **qualidade e na eficiência das unidades produtoras de bens e serviços e de gestão em saúde**, para associar a flexibilidade gerencial ao compromisso com metas de desempenho, mediante a introdução de mecanismos de responsabilização, acompanhamento e avaliação e com uma clara priorização dos profissionais de saúde em termos de qualificação e do estabelecimento de relações adequadas de trabalho.
7. **Equacionar a situação de subfinanciamento do SUS**, envolvendo a regulamentação da legislação existente (EC 29) e a participação adequada e estável da receita pública no financiamento da saúde, de acordo com os preceitos constitucionais que asseguram à população brasileira a atenção universal, integral e equânime.

Em síntese, a estratégia adotada neste programa articula o aprofundamento da Reforma Sanitária brasileira com um novo padrão de desenvolvimento comprometido com o crescimento, o bem-estar e a equidade. A melhoria das condições de saúde do cidadão brasileiro constitui o grande objetivo estratégico. O conjunto de medidas e ações concretas volta-se para a melhoria da qualidade de vida da população, contribuindo para que o SUS seja definitivamente percebido como um patrimônio da sociedade brasileira.

EIXOS DE INTERVENÇÃO: DIRETRIZES, MEDIDAS E METAS PRIORITÁRIAS

As medidas apresentadas são estruturadas por eixos que permitem articular a dimensão econômica e a dimensão social da saúde. Todos os eixos convergem para a construção de um sistema de saúde universal que se associa a um padrão de desenvolvimento nacional voltado para a qualidade de vida de seus cidadãos em suas múltiplas dimensões.

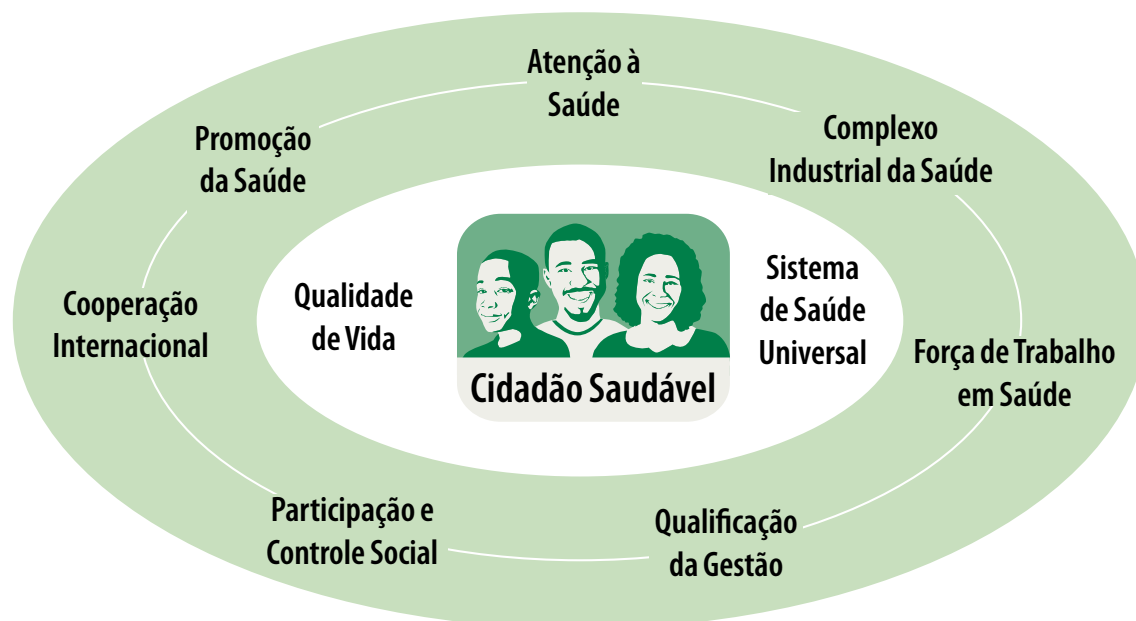
Nessa perspectiva, o Programa Mais Saúde: Direito de Todos parte da premissa de que é necessária uma grande articulação do Governo Federal e deste com os estados e municípios para a **Promoção da Saúde**, mediante a convergência de um amplo conjunto de políticas econômicas e sociais (**Eixo 1**). O Eixo Promoção perpassa os eixos do programa, uma vez que articula o elo saúde e desenvolvimento, devendo ter uma presença marcante em todos os campos de intervenção. Como desdobramento, somente incluiu-se neste eixo as ações especificamente voltadas para a promoção, deixando-se aquelas vinculadas à prevenção, à assistência, à produção e à inovação para os campos específicos de intervenção.

No âmbito produtivo, a perspectiva adotada para o avanço do SUS requer, de um lado, uma expressiva expansão do sistema de **atenção à saúde**, envolvendo a assistência básica e as ações de alta e média complexidade, a regulação e a qualificação da saúde suplementar e a integração com ações voltadas para o monitoramento, a prevenção e a vigilância em saúde (**Eixo 2**). De outro lado, torna-se essencial o avanço do **complexo industrial e de inovação em saúde**, dotando o País de uma base produtiva e de conhecimento capaz de garantir uma capacidade de oferta interna que permita o atendimento integral às necessidades de saúde da população (**Eixo 3**).

Para dar suporte à extensão das ações de saúde para a sociedade brasileira associadas aos eixos citados, dois grandes conjuntos de intervenção são requeridos como peças estratégicas para o sistema. De um lado, é essencial para o sucesso da estratégia um forte investimento na **força de trabalho em saúde** centrado em sua qualificação, expansão e adequação das formas e dos contratos de trabalho (**Eixo 4**). De outro, o SUS deve passar por um processo de **inovação de gestão** que garanta a eficácia, a eficiência, a efetividade das ações e a otimização dos recursos aplicados, mediante o estabelecimento de compromissos pactuados com resultados entre todos os gestores do sistema (**Eixo 5**), aprofundando a **participação e o controle social** (**Eixo 6**). Por fim, este programa desdobra-se para a dimensão internacional, inserindo a saúde na política exterior brasileira, em decorrência de seu papel-chave para as ações de **cooperação entre os países** (**Eixo 7**).

As medidas previstas para cada eixo encontram-se detalhadas por medidas e metas físicas e financeiras no anexo deste documento, constituindo a base para o Sistema de Monitoramento e Avaliação de sua implementação.

A figura a seguir ilustra a convergência dos eixos de intervenção para a construção de um sistema de saúde universal e para um padrão de desenvolvimento centrado na qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.



PROMOÇÃO DA SAÚDE



EIXO 1 – Promoção da Saúde

A Constituição de 1988 (art. 196) define que “A Saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas.” Há, assim, uma clara percepção de que a qualidade de vida resulta da convergência de um amplo leque de políticas – indo do saneamento, da habitação, da educação e da cultura até as políticas voltadas para a geração de renda e emprego.

Esta intersectorialidade das ações relacionadas à saúde manifesta-se concretamente nas localidades e nos ambientes institucionais onde vivem as pessoas, condicionando sua qualidade de vida. Neste programa, a busca de ações intersectoriais, que possuem alta complementaridade e sinergia, será focada principalmente nos municípios (municípios saudáveis), nas escolas e nos ambientes de trabalho.

Como desdobramento dessa percepção, um ambiente socioeconômico que condiciona uma sociedade saudável associa-se também à disseminação de práticas e comportamentos “promotores de saúde”, permitindo consolidar uma visão de que a saúde é fruto de um amplo processo social no qual a assistência médica é apenas um de seus componentes.

Diretriz

- Mobilizar a sociedade e o Estado em torno de um grande esforço articulado e intersectorial para uma ação convergente nos determinantes sociais da saúde e para a conscientização das pessoas para as práticas e os comportamentos saudáveis.

Medidas

- 1.1. Propor à Câmara de Políticas Sociais, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, a articulação dos programas governamentais que tem impacto relevante na saúde e na qualidade de vida.
- 1.2. Implementar em 1.000 municípios ações de promoção e monitoramento para gestantes e a população de zero a cinco anos, a partir de critérios definidos pela Câmara de Políticas Sociais (Brasileirinhos Saudáveis).
- 1.3. Expandir as Ações de Planejamento Familiar.
- 1.4. Estimular o aleitamento materno.
- 1.5. Implementar o Programa de Saúde nas Escolas em articulação com o Ministério da Educação beneficiando pelo menos 26 milhões de alunos de escolas públicas.
- 1.6. Estabelecer programas de educação e comunicação para a promoção de hábitos que reduzam os riscos de doenças.
- 1.7. Promover a revisão de medidas legais capazes de reduzir o impacto dos riscos à saúde originados pelo consumo de produtos potencialmente nocivos à saúde.
- 1.8. Fortalecer e ampliar a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador.
- 1.9. Implementar a estratégia dos ambientes de trabalho saudáveis, no âmbito maior da estratégia dos municípios saudáveis, em conjunto com o Ministério do Trabalho “Empresas Promotoras da Saúde”.
- 1.10. Fortalecer e ampliar as ações de promoção para a Atenção Integral à Saúde do Idoso.
- 1.11. Promover ações de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde (para grupos populacionais de negros, quilombolas, GLBTT, ciganos, prostitutas, população em situação de rua, entre outros).

Valor Total do Eixo Promoção da Saúde para 11 Medidas e 32 Metas: R\$ 2,2 bilhões

Plano Plurianual: R\$ 0,5 bilhão

Expansão: R\$ 1,7 bilhão

Eixo 1 – Promoção da Saúde – Detalhamento das Metas Físicas e Financeiras

Medida 1.1: Propor à Câmara de Políticas Sociais, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, a articulação dos programas governamentais que tem impacto relevante na saúde e na qualidade de vida.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
1.1.1 - Aproveitar sinergias e complementaridades essenciais para a melhoria das condições de vida dos brasileiros, inserindo a saúde em uma política de governo associada com o desenvolvimento econômico e social.		-	-	-
Total	Medida não orçamentária			

Medida 1.2: Implementar em 1.000 municípios ações de promoção e monitoramento para gestantes e a população de zero a cinco anos, a partir de critérios definidos pela Câmara de Políticas Sociais - Brasileirinhos Saudáveis.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
1.2.1 - Implantar em 1.000 municípios, até 2011, a política " <i>Brasileirinhos Saudáveis: primeiros passos para o desenvolvimento nacional - gestão e primeira infância</i> ", a partir de critérios e incentivos definidos pela Câmara de Políticas Sociais.	1.000 municípios	199.201.020	-	199.201.020
Total		199.201.020	-	199.201.020

Medida 1.3: Expandir as Ações de Planejamento Familiar.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
1.3.1 - Ampliar a compra e distribuição de métodos contraceptivos (anticoncepcionais orais e injetáveis; DIU; diafragma; preservativos) e anticoncepção de emergência garantindo a cobertura de mais 10 milhões de mulheres em idade fértil, totalizando 21 milhões de mulheres atendidas pelo SUS, até 2011, ao custo médio de R\$ 21 mulher/ano.	21 milhões de mulheres	547.808.035	-	547.808.035
1.3.2 - Ampliar a distribuição de contraceptivos através da expansão da rede do Programa Farmácia Popular do Brasil e o Programa Aqui Tem Farmácia Popular, até 2011. Recurso total de R\$ 237.057.405	1,3 milhão de pessoas	Recursos assegurados no Programa Aqui Tem Farmácia Popular		
1.3.4 - Ampliar a quantidade de laqueaduras realizadas passando de 50 mil/ano para 51 mil em 2008 e aumento de 10% ao ano até 2011, ao custo de R\$ 266 por procedimento.	70 mil laqueaduras ano	62.782.286	53.000.000	9.782.286
1.3.5 - Qualificar 1.300 profissionais (médicos e enfermeiros) em 500 maternidades de referência no País, até 2011, para garantir orientação adequada sobre Planejamento Familiar imediatamente após o parto, ao custo médio de R\$ 800 por profissional.	1.300 profissionais	1.043.444	-	1.043.444

continua

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
1.3.6 - Produzir 6,52 milhões de cartilhas, até 2011, ao custo médio de R\$ 0,15 por unidade, sobre direitos sexuais e reprodutivos e métodos anticoncepcionais para usuários(as), adolescentes, adultos e profissionais de saúde da atenção básica.	6,52 milhões de cartilhas	3.912.915	-	3.912.915
1.3.7 - Implantar Centros de Reprodução Assistida em 5 universidades, até 2011.	5 centros	92.750.000	-	92.750.000
Total		745.035.176	70.500.000	674.535.176

Medida 1.4: Estimular o aleitamento materno.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
1.4.1 - Ampliar o número de bancos de leite humano em 15% ao ano, passando de 190 para 304, em 2011, ao custo médio de R\$ 30 mil a unidade e criar o Centro de Referência Latino Americano para Pasteurização de Leite Humano.	304 bancos de leite	3.182.524	600.000	2.582.524
Total		3.182.524	600.000	2.582.524

Medida 1.5: Implementar o Programa de Saúde nas Escolas em articulação com o Ministério da Educação beneficiando pelo menos 26 milhões de alunos de escolas públicas.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
1.5.1 - Implantar incentivo financeiro de R\$ 7.800 equipe/ano para Equipes de Saúde da Família para realizar avaliação clínica, avaliação nutricional, detecção precoce de hipertensão arterial, avaliação de saúde bucal e avaliação psicossocial em 17.472.000 alunos de escolas públicas, até 2011.	18.260 ESF	305.970.352	-	305.970.352
1.5.2 - Realizar consulta oftalmológica cerca de 30% dos alunos da rede pública de ensino (ou 4,3 milhões de alunos ao ano) no Programa Olhar Brasil ao custo de R\$ 14,29/consulta.	17.323.200 alunos	247.548.528	247.548.528	0
1.5.3 - Fornecer 1.682.000 óculos no Programa Olhar Brasil ao custo médio de R\$ 15,55.	1.682.000 óculos	26.162.362	26.162.362	0
1.5.4 - Realizar 1.630.381 consultas com otorrinolaringologista ao custo unitário de R\$ 7,55.	1.630.381 consultas	12.309.377	-	12.309.377
1.5.5 - Realizar 1.630.381 avaliações audiológicas ao custo unitário de R\$ 30,00.	1.630.381 avaliações	48.911.432	-	48.911.432
1.5.6 - Fornecer 78.053 próteses auditivas ao custo unitário de R\$ 775,00.	78.053 próteses	60.490.518	-	60.490.518
1.5.7 - Fornecer 180.000 próteses auditivas bilaterais ao custo unitário de R\$ 750,00.	180.000 próteses bilaterais	134.999.997	-	134.999.997

continua

1.5.8 - Promover atividade física e incentivar hábitos de alimentação saudável nas escolas ao menos uma vez por ano, por Equipes de Saúde da Família, em 3.500 municípios.	3.500 municípios	-	-	-
1.5.9 - Promover educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção de gravidez precoce e de DST em 74.890 escolas de 3.500 municípios, para alunos do ensino técnico, médio e fundamental mediante a realização de oficinas e distribuição de kits.	3.500 municípios	4.304.305	3.000.000	1.304.305
1.5.10 - Promover educação para prevenção do uso do álcool, tabaco e outras drogas em 56.550 escolas de 3.500 municípios, para alunos do ensino técnico, médio e fundamental mediante a realização de oficinas e distribuição de material instrucional.	3.500 municípios	3.391.193	-	3.391.193
Total		844.088.062	276.710.890	567.377.172

Medida 1.6: Estabelecer programas de educação e comunicação para a promoção de hábitos que reduzam os riscos de doenças.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
1.6.1 - Criar o Dia Nacional de Mobilização pela Promoção da Saúde e Qualidade de Vida, em 2008, com a realização de campanhas anuais de mídia e produção de material educativo contemplando as seis prioridades da Promoção da Saúde: Atividade Física, Alimentação Saudável, Tabagismo, Álcool, Violência e Meio Ambiente. - Combater o uso abusivo do álcool, anfetaminas e outras drogas. - Estimular práticas de Alimentação saudável, regulamentação de produtos industrializados pelo teor de sal e gordura trans, regulamentação da propaganda de alimentos infantis etc.	2 campanhas anuais	52.485.751	15.900.000	36.585.751
1.6.2 - Expandir o Projeto Pratique Saúde abrangendo 1.000 municípios, incluindo todas as capitais.	1.000 municípios	48.608.610	46.000.000	2.608.610
1.6.3 - Ampliar ações de prevenção de acidentes de trânsito em 80% dos municípios com mais de 100 mil habitantes com projetos de redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito. Recurso total R\$ 49.200.000	214 municípios	Recursos do DPVAT/Ministério das Cidades		
Total		101.094.361	61.900.000	39.194.361

Medida 1.7: Promover a revisão de medidas legais capazes de reduzir o impacto dos riscos à saúde originados pelo consumo de produtos potencialmente nocivos à saúde.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
1.7.1 - Aprovar legislação ampliando a proibição do consumo de tabaco em locais públicos. - Proibir a venda de bebidas alcoólicas nas estradas e postos de gasolina. - Regulamentar a propaganda de bebidas alcoólicas como cervejas e coolers.	-	-	-	-
Total		Medida não orçamentária		

Medida 1.8: Fortalecer e ampliar a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
1.8.1 - Implantar 140 novos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, passando de 150 centros para 290, em 2011, ao custo médio de R\$ 50 mil para instalação e R\$ 30 mil mensais para manutenção.	290 centros	108.431.967	23.000.000	85.431.967
1.8.2 - Implantar 326 novos Serviços Sentinela em Saúde do Trabalhador, passando de 500 serviços para 826, até 2011, ao custo médio de R\$ 30 mil anuais.	826 serviços	24.455.716	-	24.455.716
1.8.3 - Implantar 163 Municípios Sentinela em Saúde do Trabalhador, ao custo de R\$ 10.000 ano, até 2011.	163 municípios	4.075.953	-	4.075.953
Total		136.963.636	23.000.000	113.963.636

Medida 1.9: Implementar a estratégia dos ambientes de trabalho saudáveis, no âmbito maior da estratégia dos municípios saudáveis, em conjunto com o Ministério do Trabalho "Empresas Promotoras da Saúde".

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
1.9.1 - Transformar 10.000 empresas em "Empresas Promotoras da Saúde" até 2011, segundo as metas pactuadas no contexto da estratégia dos municípios saudáveis.	10.000 empresas	11.900.000	11.900.000	-
Total		11.900.000	11.900.000	-

Medida 1.10: Fortalecer e ampliar as ações de promoção para a Atenção Integral à Saúde do Idoso.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
1.10.1 - Qualificar como cuidadores de idosos 65.800 pessoas, até 2011, sendo 28.000 pessoas de famílias de idosos vinculados ao Programa de Internação Domiciliar, e 37.800 potenciais cuidadores de idosos para o mercado de trabalho, ao custo médio de R\$ 188,00 por cuidador.	65.800 cuidadores	12.402.479	8.470.000	3.932.479

continua

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
1.10.2 - Duplicar o número de consultas oftalmológicas em idosos, alcançando 5,4 milhões de consultas, em 2011, e fornecer 2,68 milhões de óculos bifocais e monofocais ao custo médio unitário de R\$ 15,50, até 2011.	2,68 milhões de óculos	120.465.119	51.500.000	68.965.119
1.10.3 - Distribuir 10 milhões de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa com abordagem de condições de saúde, prevenção de doenças, riscos e agravos, com valor unitário de R\$ 0,48 e distribuir 163 mil exemplares do Caderno de Atenção Básica em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa para agentes comunitários de saúde, até 2011, ao custo unitário de R\$ 0,22.	10 milhões de cadernetas 163.000 cadernos	4.800.994	2.000.000	2.800.994
Total		137.668.592	61.970.000	75.698.592

Medida 1.11: Promover ações de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde (para grupos populacionais de negros, quilombolas, GLBTT, ciganos, prostitutas, população em situação de rua, entre outros).

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
1.11.1 - Formar 5.000 lideranças de movimentos sociais sobre os determinantes e o direito à saúde e implantar e apoiar 27 equipes estaduais em todos municípios acima de 100 mil habitantes para o planejamento e a execução de ações de enfrentamento de iniquidades.	5.000 lideranças 27 equipes	26.130.381	24.500.000	1.630.381
Total		26.130.381	24.500.000	1.630.381

Eixo 1 – Promoção da Saúde - Consolidado de Medidas e Recursos

Em R\$ 1,00

Medidas	Recursos 2008/2011			Recursos para Expansão			
	Total	PPA	Expansão	2008	2009	2010	2011
1.1: Propor à Câmara de Políticas Sociais, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, a articulação dos programas governamentais que tem impacto relevante na saúde e na qualidade de vida.	-	-	-	-	-	-	-
1.2: Implementar em 1.000 municípios ações de promoção e monitoramento para gestantes e a população de zero a cinco anos, a partir de critérios definidos pela Câmara de Políticas Sociais (Brasileirinhos Saudáveis).	199.201.020	-	199.201.020	23.550.255	43.550.255	57.460.255	74.640.255
1.3: Expandir as Ações de Planejamento Familiar.	745.035.176	70.500.000	674.535.176	46.675.856	137.436.452	179.831.686	310.591.182
1.4: Estimular o aleitamento materno.	3.182.524	600.000	2.582.524	430.421	538.026	645.631	968.446
1.5: Implementar o Programa de Saúde nas Escolas em articulação com o Ministério da Educação beneficiando pelo menos 26 milhões de alunos de escolas públicas.	844.088.062	276.710.890	567.377.172	94.562.862	118.203.578	141.844.293	212.766.440
1.6: Estabelecer programas de educação e comunicação para a promoção de hábitos que reduzam os riscos de doenças.	101.094.361	61.900.000	39.194.361	6.532.393	8.165.492	9.798.590	14.697.885
1.7: Promover a revisão de medidas legais capazes de reduzir o impacto dos riscos à saúde originados pelo consumo de produtos potencialmente nocivos à saúde.	-	-	-	-	-	-	-

continua

Medidas	Recursos 2008/2011			Recursos para Expansão			
	Total	PPA	Expansão	2008	2009	2010	2011
1.8: Fortalecer e ampliar a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador.	136.963.636	23.000.000	113.963.636	11.874.609	23.742.424	29.829.343	48.517.260
1.9: Implementar a estratégia dos ambientes de trabalho saudáveis, no âmbito maior da estratégia dos municípios saudáveis, em conjunto com o Ministério do Trabalho "Empresas Promotoras da Saúde".	11.900.000	11.900.000	-	-	-	-	-
1.10: Fortalecer e ampliar as ações de promoção para a Atenção Integral à Saúde do Idoso.	137.668.592	61.970.000	75.698.592	12.616.432	15.770.540	18.924.648	28.386.972
1.11: Promover ações de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde (para grupos populacionais de negros, quilombolas, GLBTT, ciganos, prostitutas, população em situação de rua, entre outros).	27.000.000	24.500.000	2.500.000	541.758	593.712	650.770	713.760
Total	2.206.133.371	531.080.890	1.675.052.481	196.784.586	348.000.479	438.985.216	691.282.200

ATENÇÃO À SAÚDE



EIXO 2 – Atenção à Saúde

A atenção à saúde na perspectiva ampla adotada remete para um vasto conjunto de ações que envolvem a promoção, a prevenção e os serviços de saúde nos diferentes níveis de complexidade, abrangendo a Vigilância em Saúde e a assistência prestada no âmbito do SUS e da Saúde Suplementar. Dois grandes conjuntos de questões caracterizam o contexto deste Eixo de Intervenção.

De um lado, a desigualdade pessoal e territorial que marca a sociedade brasileira se expressa de modo importante na Atenção à Saúde, pois há no País uma estrutura de oferta reprodutora de desigualdades e de criação de restrições de acesso. Isso coloca para a sociedade brasileira o dilema de como associar a expansão da rede de atenção à saúde a um modelo de desenvolvimento que objetive a atenuação das fortes iniquidades existentes.

De outro lado, o importante processo de descentralização, concomitante e associado à redemocratização do Brasil, ocorreu de modo fragmentado. O gestor nacional, em função da própria crise do Estado, deixou de exercer sua capacidade de indução no sentido de viabilizar a estruturação de redes regionalizadas e hierarquizadas que compatibilizassem o desenvolvimento local com uma visão nacional, regional e territorial da conformação do SUS numa estrutura federativa de organização do Estado brasileiro.

Diretrizes

- Integrar as ações de promoção, prevenção e assistência numa perspectiva ampla de atenção à saúde, recuperando-se o papel de indução do Gestor Federal, de modo a articular a organização das redes de saúde com a perspectiva de um modelo de desenvolvimento voltado para a equidade em sua dimensão pessoal e territorial.
- Implementar um vigoroso programa de investimento para alterar a configuração das redes de atenção à saúde no espaço nacional, a fim de superar as limitações no acesso e contribuir para a própria integração solidária do espaço nacional.
- Priorizar em todas as medidas as metas do Pacto pela Saúde, referentes à saúde do idoso, ao controle do câncer de colo de útero e de mama, à redução da mortalidade infantil e materna, ao fortalecimento da capacidade de resposta às emergências de saúde pública, de relevância nacional para a redução da ocorrência de doenças, envolvendo o controle de enfermidades como dengue, hanseníase, tuberculose, malária e influenza.
- Implementar ações integradas para o atendimento a populações em situações de risco, como as indígenas, as quilombolas e de assentamentos.

Medidas

- 2.1. Qualificar e ampliar a rede de serviços de atenção básica garantindo, de forma compartilhada com estados e municípios, a expansão e a sustentabilidade financeira para a estratégia de saúde da família cobrindo a população usuária do SUS de forma integrada aos projetos sociais do governo federal.
- 2.2. Expandir e estruturar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) dando cobertura à totalidade da população brasileira.
- 2.3. Ampliar o acesso da população a medicamentos pelo SUS.
- 2.4. Reduzir o gasto da população com medicamentos mediante o estímulo ao uso de medicamentos genéricos.
- 2.5. Ampliar a Rede Própria do Programa Farmácia Popular do Brasil.
- 2.6. Expandir o Programa Aqui Tem Farmácia Popular, aumentando o número de farmácias credenciadas e o número de medicamentos disponibilizados.
- 2.7. Garantir a disponibilidade de medicamentos fracionados nas farmácias.
- 2.8. Regulamentar a dispensação de medicamentos excepcionais de alto custo - Projeto de Lei 219/2007.
- 2.9. Implementar a Política Nacional de Internação Domiciliar
- 2.10. Implantar ações voltadas para a Atenção à Saúde do Homem.
- 2.11. Ampliar o acesso a medicamentos e aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos para o controle da Hipertensão e Diabetes.
- 2.12. Introduzir novas vacinas no calendário básico de vacinação.
- 2.13. Apoiar a produção nacional de preservativos a partir da fábrica de Xapuri/AC para prevenção e controle das DST/AIDS.

- 2.14. Implantar Rede Nacional de Unidades de Resposta Rápida (URR) às emergências de saúde pública com unidade nacional e unidades em todos os estados e capitais.
- 2.15. Encaminhar ao Congresso, em 2008, projeto de lei contemplando a portabilidade, ressarcimento e implantação de fundo garantidor, garantindo condições adequadas de concorrência que sejam benéficas para o consumidor e para o funcionamento do mercado de saúde suplementar.
- 2.16. Implantar em Territórios Integrados de Atenção à Saúde (TEIAS) unidades de apoio e referência para a Atenção Básica, ampliando a abrangência e a resolutividade das ações das Equipes de Saúde da Família e conformando a Rede de Atenção com os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Especialidades Odontológicas - (CEOs), Unidades de Pronto Atendimento e Apoio ao Diagnóstico - (UPAs).
- 2.17. Ampliar a oferta e o acesso a serviços da rede nacional de atenção especializada ambulatorial e hospitalar de forma descentralizada e regionalizada.
- 2.18. Concluir as obras inacabadas e construir, ampliar, reformar e equipar unidades de saúde, que atendam a critérios de eficiência e racionalidade, reduzindo as desigualdades locais e regionais.
- 2.19. Reduzir a espera por órteses e próteses.
- 2.20. Estruturar e fortalecer o Sistema Nacional de Transplantes, com vistas à ampliação do número de doadores e redução do tempo de espera por transplantes.
- 2.21. Expandir a oferta de leitos de Terapia Intensiva, ampliando o acesso aos pacientes críticos.
- 2.22. Recompôr os valores pagos pelos procedimentos de Média e Alta Complexidade pelo SUS e aumentar os tetos financeiros de estados e municípios para redução de desigualdades regionais.
- 2.23. Modernizar a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública.
- 2.24. Instalar a Rede Nacional de Armazenamento de Insumos Críticos à Saúde (vacinas, inseticidas, remédios e kits diagnóstico).
- 2.25. Reduzir a morbimortalidade por doenças endêmicas.
- 2.26. Apoiar os compromissos firmados com gestores e sociedade civil para redução da mortalidade materna e neonatal, em pelo menos 5% ao ano.
- 2.27. Melhorar o acolhimento e implantar práticas de humanização na rede SUS.

Valor Total do Eixo Atenção à Saúde para 27 Medidas e 85 Metas: R\$ 80,1 bilhões

Plano Plurianual: R\$ 60,1 bilhões

Expansão: R\$ 20 bilhões

Eixo 2 – Atenção à Saúde – Detalhamento das Metas Físicas e Financeiras

Medida 2.1: Qualificar e ampliar a rede de serviços de atenção básica garantindo, de forma compartilhada com estados e municípios, a expansão e a sustentabilidade financeira para a estratégia de saúde da família cobrindo a população usuária do SUS de forma integrada aos projetos sociais do Governo Federal.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.1.1 - Ampliar o número de Equipes de Saúde da Família de 27.000, em 2007, para 40.000, até 2011, o que significa ampliar a cobertura de 47% para 70% da população.	40.000 equipes	10.490.000.000	10.490.000.000	-
2.1.2 - Ampliar em 39%, até 2011, os recursos federais para custeio das Equipes de Saúde da Família, passando de R\$ 5.400 equipe/mês para R\$ 7.520 equipe/mês.	R\$ 7.520 mensais por equipe	2.543.394.446	-	2.543.394.446
2.1.3 - Ampliar o Programa Brasil Sorridente, aumentando o número de Equipes de Saúde Bucal de 16.500, em 2007, para 24.000, até 2011, o que significa ampliar a cobertura de 41% para 70% da população.	24.000 equipes	2.000.000.000	2.000.000.000	-
2.1.4 - Ampliar em 28%, até 2011, os recursos federais para custeio das Equipes de Saúde Bucal do Programa Brasil Sorridente, passando de R\$ 1.915 equipe/mês para R\$ 2.443 equipe/mês.	R\$ 2.443 mensais por equipe	489.114.317	-	489.114.317
2.1.5 - Ampliar o número de agentes comunitários de 225.000, em 2007, para 240.000, até 2011, o que significa ampliar a cobertura de 59% para 70% da população.	240.000 agentes	6.450.000.000	6.450.000.000	-
2.1.6 - Ampliar em 34%, até 2011, os recursos federais para custeio dos agentes comunitários de saúde, passando de R\$ 532 agente/mês para R\$ 714 agente/mês.	R\$ 714 mensais por agente	1.400.000.000	1.400.000.000	-
2.1.7 - Integrar a estratégia de saúde da família aos programas sociais (PRONASCI, Pontos de Cultura, Quilombolas, Territórios de Cidadania e CRAS) em 2.748 municípios, ampliando de 10.150 para 12.450 o número de equipes que receberão adicional de 50% no valor transferido.	12.450 equipes	1.510.294.180	-	1.510.294.180
2.1.8 - Construir 7.655 módulos básicos de saúde com prioridade para regiões metropolitanas e vazios assistenciais (cidades com menos de uma unidade de saúde para cada 20 mil habitantes) ao custo médio de R\$ 200 mil, até 2011.	7.655 unidades	1.531.101.465	652.000.000	879.101.465
Total		26.413.904.408	20.992.000.000	5.421.904.408

Medida 2.2: Expandir e estruturar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) dando cobertura à totalidade da população brasileira.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.2.1 - Aquisição e custeio de 4.176 ambulâncias, 10 helicópteros e 14 ambulanchas, até 2011.	180 milhões de pessoas	2.135.210.200	1.917.000.000	218.210.200
Total		2.135.210.200	1.917.000.000	218.210.200

Medida 2.3: Ampliar o acesso da população a medicamentos pelo SUS.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.3.1 - Ampliar gradualmente, a partir de 2008, o valor do financiamento "per capita" da Assistência Farmacêutica Básica de R\$3,75 (com contrapartida de R\$ 2,00) para R\$5,28 (com contrapartida de R\$ 3,52), em 2011, para os 189 milhões de brasileiros.	R\$ 5,28 por hab/ano	3.645.640.646	2.928.000.000	717.640.646
Total		3.645.640.646	2.928.000.000	717.640.646

Medida 2.4: Reduzir o gasto da população com medicamentos mediante o estímulo ao uso de medicamentos genéricos.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.4.1 - Ampliar a participação dos medicamentos genéricos no mercado para 25% em faturamento e para 33% em unidades farmacêuticas, até 2011, mediante campanhas que estimulem a prescrição e a dispensação dirigidas para cerca de 50.000 farmácias e 111.000 médicos e consumidores.	25% do mercado em faturamento	42.391.304	-	42.391.304
2.4.2 - Fomentar por meio da REQBIO - Rede Brasileira de Centros Públicos de Bio Equivalência, testes de bio equivalência para genéricos, de modo a propiciar o registro de 1.100 novos medicamentos até 2011.	1.100 novos registros	75.000.000	-	75.000.000
Total		117.391.304	-	117.391.304

Medida 2.5: Ampliar a Rede Própria do Programa Farmácia Popular do Brasil.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.5.1 - Ampliar o número de farmácias da rede própria do programa Farmácia Popular do Brasil, de 300 para 500 farmácias, até 2011.	500 farmácias	97.822.863	-	97.822.863
Total		97.822.863	-	97.822.863

Medida 2.6: Expandir o Programa Aqui Tem Farmácia Popular, aumentando o número de farmácias credenciadas e o número de medicamentos disponibilizados.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.6.1 - Ampliar de 5.000 para 19.400 o número de farmácias credenciadas, até 2011.	19.400 farmácias	1.412.826.087	1.300.000.000	112.826.087
2.6.2 - Ampliar o número de medicamentos do programa dos 9 atuais para 16, até 2010: 2008 = 11, 2009 = 13 e 2010 = 16.	16 medicamentos	326.076.211	-	326.076.211
Total		1.738.898.580	1.300.000.000	438.898.580

Medida 2.7: Garantir a disponibilidade de medicamentos fracionados nas farmácias.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.7.1 - Aprovar lei tornando obrigatório o registro de medicamentos para fracionamento de forma a ampliar o número de registros de 500, em 2007, para 9.500, até 2011, condicionar o credenciamento de farmácias no Programa Aqui Tem Farmácia Popular à venda de medicamentos fracionados e estabelecer mecanismo legal que garanta a prioridade aos medicamentos fracionados nas compras públicas.				
2.7.2 - Desenvolver e veicular campanhas publicitárias para estímulo à aquisição de medicamentos fracionados.	6 campanhas	13.695.201	-	13.695.201
Total		13.695.201	-	13.695.201

Medida 2.8: Regulamentar a dispensação de medicamentos excepcionais de alto custo - Projeto de Lei 219/2007.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.8.1 - Lei sancionada até 2008.	Lei sancionada			
Total		Medida não orçamentária		

Medida 2.9: Implementar a Política Nacional de Internação Domiciliar

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.9.1 - Implantar 500 equipes de internação domiciliar para cobertura de 50 milhões de pessoas, ao custo médio de R\$ 21.500 por equipe/mês (inclusive oxigenoterapia), até 2011.	500 equipes	227.144.688	-	227.144.688
2.9.2 - Fornecer Infra-estrutura para implantação e funcionamento de 500 equipes de internação domiciliar, ao custo médio de R\$ 50 mil por equipe, até 2011.	500 equipes	25.003.811	8.700.000	16.303.811
Total		252.148.499	8.700.000	243.448.499

Medida 2.10: Implantar ações voltadas para a Atenção à Saúde do Homem.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.10.1 - Inserir a saúde do homem nos conteúdos de capacitação da especialização dos(as) 32.000 médicos(as) das Equipes de Saúde da Família (80% do total) e da educação a distância através do TELESSAUDE para diagnóstico de patologias e câncer do trato genital masculino.	32.000 médicos capacitados	Custo incluído na ação Telessaude		
2.10.2 - Apoiar a implantação da política de atenção à saúde do homem nas secretarias estaduais e das capitais a partir de pactuação na Comissão Intergestores Tripartite, mediante o repasse de R\$ 50 mil por secretaria, até 2011.	53 secretarias apoiadas	2.700.000	-	2.700.000
2.10.3 - Lançar a Semana de Promoção da Saúde do Homem, em 2008.	Campanha de mídia/TV		5.000.000	
2.10.4 - Distribuir 26,1 milhões de cartilhas sobre prevenção, diagnóstico, tratamento de câncer e Promoção da Saúde do homem, ao custo de R\$ 0,09 a unidade, até 2011.	26,1 milhões de cartilhas	2.347.826	-	2.347.826
2.10.5 - Ampliar em 20% ao ano o número de consultas para o diagnóstico de patologias do trato genital masculino e de cânceres de próstata, vesícula seminal, uretra, bolsa escrotal, testículos e pênis passando de 121.400 para 252.000 consultas/ano, em 2011.	252.000 consultas	15.377.607	11.023.120	4.354.487
2.10.6 - Ampliar em 20% ao ano o número de ultrasonografias da próstata para prevenção de neoplasias malignas, rastreamento e diagnóstico, passando de 80 mil, em 2007, para 242 mil, em 2011.	242 mil exames		1.268.281	
2.10.7 - Ampliar em 10% ao ano o número de cirurgias para as patologias e cânceres do trato genital masculino, passando de 112.000, em 2006, para cerca de 164.000 consultas/ano, em 2011, ao custo médio R\$ 320.	164.000 cirurgias	169.212.174	143.360.000	25.852.174
Total		189.637.607	160.651.401	35.254.487

Medida 2.11: Ampliar o acesso a medicamentos e aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos para o controle da Hipertensão e Diabetes.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.11.1 - Capacitar o médico e o enfermeiro das 40 mil Equipes de Saúde da Família, até 2011, para ampliar a captação, o diagnóstico precoce e o tratamento adequado de pacientes com hipertensão e diabetes, ampliando o acompanhamento de diabéticos de 1,5 milhão para 3 milhões (de um total estimado em 6,1 milhões), e o acompanhamento de hipertensos de 7 milhões para 14 milhões (de um total estimado em 17,7 milhões) a um custo de R\$ 2.280 por curso para 30 profissionais.	80.000 profissionais	6.080.000	6.080.000	-
2.11.2 - Ampliar o diagnóstico precoce de retinopatia diabética para prevenção de cegueira com realização de um mapeamento de retina anual para 2,5 milhões de diabéticos, ao custo médio de R\$ 24,24 até 2011.	2,5 milhões de exames/ano	191.959.323	129.204.000	62.755.323
2.11.3 - Ampliar a cobertura dos exames complementares de diagnóstico e monitoramento de diabetes e hipertensão arterial, passando de 51 milhões de exames por ano para 96,7 milhões, ao custo médio de R\$ 4, até 2011.	96,7 milhões exames/ano	1.141.078.040	870.500.000	270.578.040
2.11.4 - Disponibilizar as 42.400 unidades básicas, até 2011, kits de monofilamento para avaliação de sensibilidade dos pés diabéticos visando reduzir a amputação de membros inferiores, ao custo de R\$ 45.	42.400 kits	1.907.546	-	1.907.546
2.11.5 - Assistir 100% dos pacientes insulino-dependentes, estimados em 600 mil pessoas, na rede de serviços do SUS, com insumos de monitoramento e tratamento (tiras reagentes, lancetas e seringas).	600 mil pacientes	Recursos assegurados no Programa Aqui Tem Farmácia Popular		
Total		1.341.024.909	1.005.784.000	335.240.909

Medida 2.12: Introduzir novas vacinas no calendário básico de vacinação.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.12.1 - Ampliar a população-alvo para vacina contra rubéola e sarampo, com oferta de 80 milhões de doses de Dupla-Viral em 2008.	80 milhões de doses	70.800.000	70.000.000	800.000
2.12.2 - Introduzir nova vacina no calendário nacional de imunizações, com 11,1 milhões de doses anuais da vacina conjugada contra Meningoco C, a partir de 2011.	11,1 milhões de doses	389.943.000	-	389.943.000
2.12.3 - Introduzir nova vacina no calendário nacional de imunizações, com 15,8 milhões de doses anuais da vacina contra infecções pneumocócicas, a partir de 2011.	15,8 milhões de doses	-	-	-
Total		460.743.000	70.000.000	390.743.000

Medida 2.13: Apoiar a produção nacional de preservativos a partir da fábrica de Xapuri/AC para prevenção e controle das DST/AIDS.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.13.1 - Adquirir 517 milhões de unidades de preservativos, ao final de 2011, da fábrica de Xapuri/AC incluindo subsídios para melhoria contínua do processo de produção e desenvolvimento de novas tecnologias de interesse da saúde.	517 milhões de preservativos	82.641.467	21.600.000	61.041.467
Total		82.641.467	21.600.000	61.041.467

Medida 2.14: Implantar Rede Nacional de Unidades de Resposta Rápida (URR) às emergências de saúde pública com unidade nacional e unidades em todos os estados e capitais.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.14.1 - Implantar 55 Unidades de Resposta Rápida estaduais e em capitais e uma para atendimento ao Mercosul, até 2011.	56 URRs	5.482.000	5.482.000	-
2.14.2 - Implantar uma Unidade Nacional de Resposta Rápida, até 2011.	1 UNRR	10.000.000	-	10.000.000
Total		15.482.000	5.482.000	10.000.000

Medida 2.15: Encaminhar ao Congresso, em 2008, projeto de lei contemplando a portabilidade, ressarcimento e implantação de um fundo garantidor, assegurando condições adequadas de concorrência que sejam benéficas para o consumidor e para o funcionamento do mercado de saúde suplementar.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.15.1 - Viabilizar a portabilidade das carências nos Planos de Saúde, eliminando a necessidade de cumprimento de novos prazos quando da mudança de operadora.				
2.15.2 - Criar fundo garantidor, com recursos oriundos das operadoras, para a manutenção da assistência à saúde do beneficiário pela operadora que esteja assumindo a carteira da operadora insolvente, com qualidade e segurança econômico-financeira.				
2.15.3 - Estabelecer novas formas de ressarcimento ao SUS baseado num valor per capita, com alterações na Lei 9656/98, art. 32.				
Total		Medida não orçamentária		

Medida 2.16: Implantar em Territórios Integrados de Atenção à Saúde (TEIAS) unidades de apoio e referência para a Atenção Básica, ampliando a abrangência e a resolutividade das ações das Equipes de Saúde da Família e conformando a Rede de Atenção com os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Especialidades Odontológicas - (CEOs), Unidades de Pronto Atendimento e Apoio ao Diagnóstico - (UPAs).

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.16.1 - Financiar o custeio de 400 novos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) ao ano, a partir de 2008, passando de 550, em 2008, para 950, em 2011.	950 CEOs	450.000.000	450.000.000	-
2.16.2 - Financiar o custeio de 430 novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) ao ano, a partir de 2008, passando de 1.411, em 2008, para 1.841, em 2011, ao custo médio de R\$ 180 mil por CAPS/ano.	1.841 CAPS	1.185.120.000	1.185.120.000	-
2.16.3 - Financiar 50% do custeio de 33 novas Unidades de Pronto Atendimento e Apoio Diagnóstico (UPAs) por ano, em cidades com mais de 200 mil habitantes, até 2011, ao custo estimado de R\$ 180 mil/mês para o MS.	132 UPAs	704.347.826	-	704.347.826
2.16.4 - Construção de 132 UPAs, até 2011, ao custo médio unitário de R\$ 2 milhões.	132 UPAs	260.869.565	-	260.869.565
2.16.5 - Financiar o custeio de 1.500 Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), até 2011, ao custo estimado de R\$ 240 mil por NASF/ano.	1.500 NASF	902.400.000	279.744.000	622.656.000
Total		3.502.737.391	1.914.864.000	1.587.873.391

Medida 2.17: Ampliar a oferta e o acesso a serviços da rede nacional de atenção especializada ambulatorial e hospitalar de forma descentralizada e regionalizada.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.17.1 - Elaborar mecanismos regulatórios para os medicamentos de alto custo em oncologia.	3 Protocolos	45.652.174	-	45.652.174
2.17.2 - Adquirir equipamentos de megavoltagem de radioterapia ao custo de R\$ 2 milhões cada.	24 Equipamentos	46.956.522	-	46.956.522
2.17.3 - Implantar 20 novos Centros de Atenção de Alta Complexidade em Oncologia (CACONs), até 2011, ao custo médio de R\$ 6 milhões por CACON.	20 CACONs	120.000.000	48.000.000	72.000.000
2.17.4 - Criar Centros Técnico-Científicos Macrorregionais do INCA ao custo médio de R\$ 19.130 milhões, até 2011.	3 Centros Macrorregionais	57.391.304	-	57.391.304
2.17.5 - Construir o novo Campus Integrado do Instituto Nacional de Câncer no Rio de Janeiro (Primeira Etapa no valor de R\$ 102,5 milhões).	1.a Etapa Concluída	102.500.000	5.000.000	97.500.000
2.17.6 - Ampliar o acesso aos serviços de oncologia habilitando e custeando mais 40 CACONs, até 2011, ao custo unitário anual de R\$ 5 milhões	40 CACONs	795.625.955	-	795.625.955

continua

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.17.7 - Ampliar o acesso e qualificar os procedimentos diagnósticos e terapêuticos para o controle dos cânceres do colo do útero (exames citopatológicos), ampliando a cobertura de 35% para 50%, e da mama (mamografias), ampliando a cobertura para 60%, até 2011.	20,5 milhões de exames citopatológicos em mulheres com idade entre 25 e 59 anos e 7,0 milhões de exames de mamografias em mulheres entre 50 e 69 anos de idade	32.607.621	-	32.607.621
2.17.8 - Reestruturar 300 serviços de hemodiálise pela substituição de 2.608 máquinas de hemodiálise, o que equivale a 65% do parque existente, até 2011, ao custo médio de R\$ 45 mil por máquina.	2.608 máquinas	117.387.436	-	117.387.436
2.17.9 - Qualificar os serviços de terapia renal substitutiva habilitando 366 unidades, em 2011, segundo novos critérios, passando de 569 serviços atualmente habilitados para 935.	935 serviços	6.668.000.000	5.200.000.000	1.468.000.000
2.17.10 - Ampliar o acesso aos serviços de cardiologia habilitando segundo novos critérios mais 155 unidades, até 2011, passando de 187 serviços habilitados para 342.	342 serviços	5.916.000.000	4.800.000.000	1.116.000.000
2.17.11 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de neurocirurgia habilitando, segundo novos critérios, as 230 unidades existentes, até 2011.	230 unidades	1.400.000.000	1.048.000.000	352.000.000
2.17.12 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de traumatologia habilitando, segundo novos critérios, 186 unidades, até 2011, passando de 82 unidades para 268.	268 unidades	2.560.000.000	2.080.000.000	480.000.000
2.17.13 - Qualificar os serviços de oftalmologia habilitando 80% da rede atual, segundo novos critérios, o que equivale a 640 serviços, até 2011.	640 serviços	1.600.000.000	1.600.000.000	-
2.17.14 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de saúde auditiva habilitando, segundo novos critérios, 13 unidades, até 2011, passando de 113 unidades para 126.	126 unidades	708.800.000	636.000.000	72.800.000
Total		20.170.921.012	15.417.000.000	4.753.921.012

Medida 2.18: Concluir as obras inacabadas e construir, ampliar, reformar e equipar unidades de saúde, que atendam a critérios de eficiência e racionalidade, reduzindo as desigualdades locais e regionais.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.18.1 - Concluir as obras inacabadas e construir, ampliar, reformar e equipar 60 unidades de saúde por ano, até 2011, com especial atenção ao conjunto de hospitais prioritários que atendam aos princípios de racionalidade e eficiência na oferta e à estratégia de regionalização: INTO ; Rede Sarah; Queimados/RJ; Hospital do Andaraí/RJ; Santo Antônio do Descoberto/GO; Quarteirão da Saúde/SP dentre outros.	244 hospitais e unidades de saúde	2.636.003.559	2.312.385.232	323.618.327
2.18.2 - Fortalecer a rede hospitalar filantrópica através da recuperação física e atualização tecnológica em média complexidade de 65 unidades por ano, ao custo médio de R\$ 2 milhões por unidade, até 2011.	260 hospitais	521.739.130	-	521.739.130
2.18.3 - Fortalecer a rede de hospitais de ensino, reformando e equipando 140 hospitais de ensino (ao custo médio de R\$ 1.465.000), até 2011.	140 hospitais	205.039.919	182.614.768	22.425.151
Total		3.362.782.609	2.495.000.000	867.782.609

Medida 2.19: Reduzir a espera por órteses e próteses.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.19.1 - Atender 1.042.000 pessoas com deficiência física (614 mil), auditiva (168 mil) e visual (260 mil) que se encontram na fila de espera do SUS, até 2011. <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas com deficiência física, ao custo médio de R\$ 519,5 (custo total R\$ 319.000.000) • Pessoas com deficiência auditiva, ao custo médio de R\$ 1.512 (custo total R\$ 254.000.000) • Pessoas com deficiência visual, ao custo médio de R\$ 374 (custo total R\$ 97.200.000) 	1.042.000 pessoas	670.200.000	-	670.200.000
Total		670.200.000	-	670.200.000

Medida 2.20: Estruturar e fortalecer o Sistema Nacional de Transplantes, com vistas à ampliação do número de doadores e redução do tempo de espera por transplantes.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.20.1 - Ampliar o número de transplantes realizados em mais 4.611 pessoas por ano, até 2011, com o número total passando de 11.180 para 15.791.	15.791 transplantes SUS anuais	2.761.290.465	2.340.000.000	421.290.465
2.20.2 - Estruturar 13 bancos de pele/tecidos/ossos, cordão umbilical e válvulas cardíacas, até 2011.	13 bancos	70.432.462	-	70.432.462

continua

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.20.3 - Duplicar o número de doadores registrados na Rede de Doadores de Medula Óssea (REDOME), passando de 460 mil para 920 mil, até 2011, (o que implica em gasto para identificação genética do doador da ordem de R\$ 150 per capita), por meio de campanhas e incremento da busca ativa.	920.000 doadores	69.000.000	60.000.000	9.000.000
Total		2.900.722.926	2.400.000.000	500.722.926

Medida 2.21: Expandir a oferta de leitos de Terapia Intensiva, ampliando o acesso aos pacientes críticos.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.21.1 - Investir em 3.163 novos leitos para terapia intensiva e semi-intensiva, até 2011, ao custo médio de R\$ 83.000 por leito.	3.163 leitos de UTI	262.523.958	-	262.523.958
2.21.2 - Habilitar 6.370 novos leitos para terapia intensiva e semi-intensiva, passando de 12.167 leitos SUS para 18.537, até 2011.	18.537 leitos UTI	3.334.594.770	2.912.000.000	422.594.770
Total		3.597.118.727	2.912.000.000	685.118.727

Medida 2.22: Recompôr os valores pagos pelos procedimentos de Média e Alta Complexidade pelo SUS e aumentar os tetos financeiros de estados e municípios para redução de desigualdades regionais.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.22.1 - Recompôr o valor de procedimentos da tabela do SUS e aumentar dos tetos financeiros de estados e municípios.		5.402.534.522	2.400.000.000	3.002.534.522
Total		5.402.534.522	2.400.000.000	3.002.534.522

Medida 2.23: Modernizar a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.23.1 - Modernizar a estrutura física de 75% dos laboratórios centrais e de referência em saúde pública, até 2011; Implantar 24 unidades de anatomopatologia, até 2011 e Implantar 47 unidades de biologia molecular, até 2011.	23 laboratórios centrais 24 unidade anatomopatologia 47 unidades de biologia nuclear	81.226.364	68.527.000	12.699.364
Total		81.226.364	68.527.000	12.699.364

Medida 2.24: Instalar a Rede Nacional de Armazenamento de Insumos Críticos à Saúde (vacinas, inseticidas, remédios e kits diagnóstico).

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.24.1 - Construir uma Unidade Nacional de Armazenamento de Insumos Críticos à Saúde, até 2010.	1 unidade de armazenamento	50.000.000	-	50.000.000
2.24.2 - Construir, reformar e equipar 30 centrais de armazenamento de insumos críticos (unidades regionais e estaduais), até 2011.	30 unidades de armazenamento	26.521.524	20.000.000	6.521.524
Total		76.521.524	20.000.000	56.521.524

Medida 2.25: Reduzir a morbimortalidade por doenças endêmicas.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.25.1 - Reduzir a incidência de dengue em 30%, em relação a 2006, nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife, Salvador, São Luiz e Rio de Janeiro, até 2011, procurando garantir a regularidade e a qualidade no abastecimento da água (os recursos estimados estão no PAC Saneamento da ordem de R\$ 1,930 bilhão).		-	-	-
2.25.2 - Reduzir em 80% o número de mortes por Dengue, passando de 136 mortes, em 2007, para não mais de 28, em 2011.	< 28 mortes	-	-	-
2.25.3 - Reduzir em 25% a incidência de Hanseníase em menores de 15 anos, passando de 4.600 casos, em 2006, para 3.450 casos, em 2011. As principais ações são a ampliação do diagnóstico precoce pela capacitação do pessoal das equipes de saúde da família e ampliação da cobertura vacinal da segunda dose da BCG na população em idade escolar.	< 3.450 casos	-	-	-
2.25.4 - Reduzir a incidência de Tuberculose, passando de 80.000 casos, em 2007, para 70.000 casos em 2011, pela ampliação da capacidade de diagnóstico e tratamento em 11 Regiões Metropolitanas.	< 70.000 casos	-	-	-
2.25.5 - Reduzir em 40% a incidência de Malária, passando de 603 mil casos, em 2005, para 361.800 até 2011, mediante a ampliação do acesso a diagnóstico e tratamento pelas Equipes de Saúde da Família e intensificação das ações de controle vetorial na Amazônia Legal.	< 361.800 casos	-	-	-
Total		4.000.000.000	4.000.000.000	-

Medida 2.26: Apoiar os compromissos firmados com gestores e sociedade civil para redução da mortalidade materna e neonatal em pelo menos 5% ao ano.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.26.1 - Qualificar 2.000 profissionais por ano que atuam nas urgências e emergências nas 500 maternidades (mais de 20 partos por dia) nos 78 municípios prioritários com mais de 100 mil habitantes, ao custo de R\$ 800 por profissional, até 2011.	2.000 profissionais ao ano	6.400.000	-	6.400.000
2.26.2 - Apoiar a organização da vigilância epidemiológica da morte materna por meio da implantação e ampliação de comitês de morte materna e qualificação de seus membros, ampliando de 748 para 1.000 municípios, até 2011.	1.000 municípios	25.200.000	3.000.000	22.200.000
2.26.3 - Ampliar a rede de atenção a mulheres e adolescentes em situação de violência, passando de 138 para 275 municípios com mais de 100 mil habitantes, até 2011.	275 municípios	6.850.000	1.200.000	5.650.000
2.26.4 - Criar um centro de qualificação de profissionais, por região, para atendimento às urgências e emergências obstétricas e neonatais, até 2011.	5 centros	4.000.000	-	4.000.000
Total		42.450.000	4.200.000	38.250.000

Medida 2.27: Melhorar o acolhimento e implantar práticas de humanização na rede SUS.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
2.27.1 - Apoiar tecnicamente serviços de humanização do SUS, passando de 80 a 240 por ano, até 2011.	240 serviços	30.950.000	30.950.000	-
2.27.2 - Apoiar a implantação de Acolhimento com Classificação de Risco em 50 % dos serviços de pronto-socorro do SUS	70 prontos-socorros especializados 250 prontos-socorros gerais	25.000.000	25.000.000	
2.27.3 - Qualificar 347 maternidades de referência nas 27 UFs no Programa Maternidade Amiga da Mulher, com adequação física para garantia da presença do acompanhante, implantação de protocolos clínicos para atenção e qualificação de 2.000 profissionais que atuam nas urgências e emergências até 2011.	347 maternidades	20.208.696	1.850.000	18.358.696
Total		76.158.696	57.800.000	18.358.696

Eixo 2 – Atenção à Saúde - Consolidado de Medidas e Recursos

Em R\$ 1,00

Medidas	Recursos 2008/2011			Recursos para Expansão			
	Total	Assegurado (PPA)	Expansão	2008	2009	2010	2011
2.1: Qualificar e ampliar a rede de serviços de atenção básica garantindo, de forma compartilhada com estados e municípios, a expansão e a sustentabilidade financeira para a estratégia de saúde da família cobrindo a população usuária do SUS de forma integrada aos projetos sociais do governo federal.	26.413.904.408	20.992.000.000	5.421.904.408	553.252.854	1.124.776.883	1.460.303.156	2.283.571.514
2.2: Expandir e estruturar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) dando cobertura à totalidade da população brasileira.	2.135.210.200	1.917.000.000	218.210.200	-	45.460.458	61.389.803	111.359.939
2.3: Ampliar o acesso da população a medicamentos pelo SUS.	3.645.640.646	2.928.000.000	717.640.646	-	160.927.210	218.828.037	337.885.399
2.4: Reduzir o gasto da população com medicamentos mediante o estímulo ao uso de medicamentos genéricos.	117.391.304	-	117.391.304	19.565.217	24.456.522	29.347.826	44.021.739
2.5: Ampliar a Rede Própria do Programa Farmácia Popular do Brasil.	97.822.863	-	97.822.863	16.303.811	20.379.763	24.455.716	36.683.574

continua

Medidas	Recursos 2008/2011			Recursos para Expansão			
	Total	Assegurado (PPA)	Expansão	2008	2009	2010	2011
2.6: Expandir o Programa Aqui Tem Farmácia Popular, aumentando o número de farmácias credenciadas e o número de medicamentos disponibilizados.	1.412.826.087	1.300.000.000	112.826.087	18.804.348	23.505.435	28.206.522	42.309.783
2.7: Garantir a disponibilidade de medicamentos fracionados nas farmácias.	13.695.201	-	13.695.201	2.282.533	2.853.167	3.423.800	5.135.700
2.8: Regular a dispensação de medicamentos excepcionais de alto custo - Projeto de Lei 219/2007.	-	-	-	-	-	-	-
2.9: Implementar a Política Nacional de Internação Domiciliar	252.148.499	8.700.000	243.448.499	33.574.750	50.718.437	62.178.125	96.977.187
2.10: Implantar ações voltadas para a Atenção à Saúde do Homem.	195.905.888	160.651.401	35.254.487	8.125.748	6.782.185	8.138.622	12.207.933
2.11: Ampliar o acesso a medicamentos e aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos para o controle da Hipertensão e Diabetes.	1.341.024.909	1.005.784.000	335.240.909	55.873.485	69.841.856	83.810.227	125.715.341
2.12: Introduzir novas vacinas no calendário básico de vacinação.	460.743.000	70.000.000	390.743.000	-	-	-	390.743.000
2.13: Apoiar a produção nacional de preservativos a partir da fábrica de Xapuri/AC para prevenção e controle das DST/AIDS.	82.641.467	21.600.000	61.041.467	10.173.578	12.716.972	15.260.367	22.890.550

continua

Medidas	Recursos 2008/2011			Recursos para Expansão			
	Total	Assegurado (PPA)	Expansão	2008	2009	2010	2011
2.14: Implantar Rede Nacional de Unidades de Resposta Rápida (URR) às emergências de saúde pública com unidade nacional e unidades em todos os estados e capitais.	15.482.000	5.482.000	10.000.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000
2.15: Encaminhar ao Congresso, em 2008, projeto de lei contemplando a portabilidade, ressarcimento e implantação de fundo garantidor, garantindo condições adequadas de concorrência que sejam benéficas para o consumidor e para o funcionamento do mercado de saúde suplementar.	-	-	-	-	-	-	-
2.16: Implantar em Territórios Integrados de Atenção à Saúde (TEIAS) unidades de apoio e referência para a Atenção Básica, ampliando a abrangência e a resolutividade das ações das Equipes de Saúde da Família e conformando a Rede de Atenção com os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Especialidades Odontológicas - (CEOs), Unidades de Pronto Atendimento e Apoio ao Diagnóstico - (UPAs).	3.502.737.391	1.914.864.000	1.587.873.391	121.834.783	320.318.957	436.433.287	709.286.365

continua

Medidas	Recursos 2008/2011			Recursos para Expansão			
	Total	Assegurado (PPA)	Expansão	2008	2009	2010	2011
2.17: Ampliar a oferta e o acesso a serviços da rede nacional de atenção especializada ambulatorial e hospitalar de forma descentralizada e regionalizada.	20.170.921.012	15.417.000.000	4.753.921.012	570.401.339	1.118.454.378	1.307.306.860	1.757.758.436
2.18: Concluir as obras inacabadas e construir, ampliar, reformar e equipar unidades de saúde, que atendam a critérios de eficiência e racionalidade, reduzindo as desigualdades locais e regionais.	3.362.782.609	2.495.000.000	867.782.609	144.630.435	180.788.043	216.945.652	325.418.478
2.19: Reduzir a espera por órteses e próteses.	670.200.000	-	670.200.000	120.234.375	159.162.352	179.158.436	211.644.837
2.20: Estruturar e fortalecer o Sistema Nacional de Transplantes, com vistas à ampliação do número de doadores e redução do tempo de espera por transplantes.	2.900.722.926	2.400.000.000	500.722.926	83.904.148	104.579.640	125.273.504	186.965.634
2.21: Expandir a oferta de leitos de Terapia Intensiva, ampliando o acesso aos pacientes críticos.	3.597.118.727	2.912.000.000	685.118.727	114.186.455	142.733.068	171.279.682	256.919.523
2.22: Recompôr os valores pagos pelos procedimentos de Média e Alta Complexidade pelo SUS e aumentar os tetos financeiros de estados e municípios para redução de desigualdades regionais.	5.402.534.522	2.400.000.000	3.002.534.522	1.584.952.929	530.036.928	475.313.216	412.231.449

continua

Medidas	Recursos 2008/2011			Recursos para Expansão			
	Total	Assegurado (PPA)	Expansão	2008	2009	2010	2011
2.23: Modernizar a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública.	81.226.364	68.527.000	12.699.364	2.116.561	2.645.701	3.174.841	4.762.262
2.24: Instalar a Rede Nacional de Armazenamento de Insumos Críticos à Saúde (vacinas, inseticidas, remédios e kits diagnóstico).	76.521.524	20.000.000	56.521.524	11.086.921	21.358.651	21.630.381	2.445.572
2.25: Reduzir a morbimortalidade por doenças endêmicas.	4.000.000.000	4.000.000.000	-	-	-	-	-
2.26: Apoiar os compromissos firmados com gestores e sociedade civil para redução da mortalidade materna e neonatal, em pelo menos 5% ao ano.	42.450.000	4.200.000	38.250.000	8.422.079	9.133.856	9.915.550	10.778.515
2.27: Melhorar o acolhimento e implantar práticas de humanização na rede SUS.	76.158.696	57.800.000	18.358.696	3.059.783	3.824.728	4.589.674	6.884.511
Total	80.067.810.244	60.098.608.401	19.969.201.843	3.485.286.130	4.137.955.191	4.948.863.283	7.397.097.240

COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAÚDE



Eixo 3 – Complexo Industrial da Saúde

A última década do século passado, na qual predominaram as políticas neoliberais, levou a uma grande fragilidade da estrutura industrial brasileira em saúde. Todas as indústrias que fazem parte do complexo industrial da saúde perderam competitividade internacional. O déficit acumulado cresceu em aproximadamente US\$ 700 milhões ao ano, no final dos anos 80, para um patamar superior a US\$ 5 bilhões ao ano, sobretudo para os produtos de maior densidade de conhecimento e tecnologia, a exemplo de fármacos e medicamentos, equipamentos médicos de base eletrônica, novos materiais (órteses e próteses), hemoderivados, vacinas e reagentes para diagnóstico.

A perda de competitividade em saúde traz o risco de reforçar uma inserção perversa no País, tornando o complexo industrial extremamente dependente em setores estratégicos tanto do ponto de vista tecnológico quanto das necessidades de saúde. Essa fragilidade do complexo industrial da saúde leva a uma situação de **vulnerabilidade da política nacional de saúde**, que pode ser extremamente danosa para o bem-estar da população.

Frete à situação crítica associada à fragilidade produtiva e de inovação da produção industrial em saúde no País, a atual orientação estratégica apresenta as seguintes diretrizes.

Diretrizes

- Reduzir a vulnerabilidade da política social brasileira mediante o fortalecimento do Complexo Industrial e de Inovação em Saúde, associando o aprofundamento dos objetivos do Sistema Único de Saúde com a transformação necessária da estrutura produtiva e de inovação do País, tornando-a compatível com um novo padrão de consumo em saúde e com novos padrões tecnológicos.
- Aumentar a competitividade em inovações das empresas e dos produtores públicos e privados das indústrias da saúde, tornando-os capazes de enfrentar a concorrência global, promovendo um vigoroso processo de substituição de importações de produtos e insumos em saúde de maior densidade de conhecimento que atendam às necessidades de saúde.

Medidas

- 3.1. Implementar um Programa Nacional para Produção Estratégica do Complexo Industrial da Saúde, objetivando as necessidades da saúde, articulando o fomento à inovação e a política de compras governamentais, mediante parceria com o MDIC/BNDES, o MCT, unidades da federação e o Ministério da Saúde.
- 3.2. Investir na rede de Laboratórios Oficiais de Medicamentos, estruturando a produção pública e a transferência de tecnologia de farmoquímicos estratégicos para o País, incluindo a nacionalização de anti-retrovirais e de pelo menos 50% da demanda local de insulina.
- 3.3. Investir nos produtores públicos de vacinas, dotando o País de capacitação tecnológica e competitiva em novos imunobiológicos, com destaque para as vacinas contra pneumococcus, Meningo C, dupla viral (sarampo/rubéola), heptavalente, rotavírus, gripe e meningites e Dengue.
- 3.4. Fomentar a capacidade produtiva e de inovação nas indústrias privadas nacionais de medicamentos, equipamentos e materiais em parceria com o BNDES e FINEP.
- 3.5. Regulamentar e alterar a legislação de compras para permitir o uso estratégico do poder de compra do Estado para produtos inovadores de alta essencialidade para a saúde.
- 3.6. Fomentar redes tecnológicas voltadas à regulação e à qualidade dos produtos de saúde, incluindo laboratórios de testes e certificação de produtos para a saúde.
- 3.7. Fomentar projetos envolvendo temas de fronteiras, com ênfase no desenvolvimento de produtos e processos com impacto na indústria e no serviço de saúde (em cooperação com o MCT para articular inovação e poder de compra).
- 3.8. Consolidar a Rede Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde mediante a expansão institucional da Fiocruz para as regiões menos desenvolvidas do País, segundo a estratégia de regionalização do desenvolvimento da C&T em Saúde.
- 3.9. Implantar o Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde na Fiocruz.

- 3.10. Promover e modernizar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária para garantir a qualidade e a eficiência do processo de produção e de inovação nacional, garantindo a harmonização regulatória em relação às importações, consoante com a garantia da qualidade e da segurança dos produtos em saúde.
- 3.11. Fomentar a criação e a ampliação de duas redes de pesquisa clínica voltadas para as prioridades do SUS.
- 3.12. Fomentar a criação de dois centros de toxicologia capazes de atender à demanda da indústria em itens prioritários para o SUS.
- 3.13. Fomentar a criação de uma rede de biotério de alto desempenho no País (em cooperação com o Ministério da Ciência e Tecnologia).
- 3.14. Concluir o investimento na Hemobrás possibilitando ao País o domínio da tecnologia de fracionamento industrial do plasma e aumentando o grau de auto-suficiência em Hemoderivados.

Valor Total do Eixo Complexo Industrial da Saúde para 14 Medidas e 15 Metas: R\$ 2 bilhões

Plano Plurianual: R\$ 1,2 bilhão

Expansão: R\$ 0,8 bilhão

Eixo 3 – Complexo Industrial da Saúde – Detalhamento das Metas Físicas e Financeiras

Medida 3.1: Implementar um Programa Nacional para Produção Estratégica do Complexo Industrial da Saúde, objetivando as necessidades da saúde, articulando o fomento à inovação e a política de compras governamentais, mediante parceria com o MDIC/BNDES, o MCT, unidades da federação e Ministério da Saúde

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
3.1.1 - Reduzir a vulnerabilidade da política de saúde, com o aumento da capacidade produtiva de produtos essenciais em saúde com alto potencial de inovação, envolvendo principalmente fármacos e medicamentos, equipamentos e materiais médicos, vacinas e reagentes para diagnóstico com recursos da ordem de R\$ 3,0 bilhões.	Redução de 20% do déficit comercial de saúde e aumento de 7% ao ano da produção local.			
Total		Recursos do BNDES		

Medida 3.2: Investir na rede de Laboratórios Oficiais de Medicamentos, estruturando a produção pública e a transferência de tecnologia de farmoquímicos estratégicos para o País, incluindo a nacionalização de anti-retrovirais e de pelo menos 50% da demanda local de insulina

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
3.2.1 - Ampliar o quantitativo de medicamentos produzido pelos 19 laboratórios oficiais de medicamentos em 50% (medido em unidades farmacêuticas), até 2011.		554.666.667	388.000.000	166.666.667
Total		554.666.667	388.000.000	166.666.667

Medida 3.3: Investir nos produtores públicos de vacinas, dotando o País de capacitação tecnológica e competitiva em novos imunobiológicos, com destaque para as vacinas contra pneumococcus, Meningo C, dupla viral (sarampo/rubéola), heptavalente, rotavírus, gripe e meningites e Dengue.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
3.3.1 - Atender a 80% das necessidades do Programa Nacional de Imunizações, envolvendo o domínio do ciclo tecnológico das vacinas do PNI e a geração de 2.000 empregos diretos e indiretos.	80% do PNI	219.333.333	50.000.000	169.333.333
Total		219.333.333	50.000.000	169.333.333

Medida 3.4: Fomentar a capacidade produtiva e de inovação nas indústrias privadas nacionais de medicamentos, equipamentos e materiais, em parceria com o BNDES e FINEP.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
3.4.1 - Substituir 25% da demanda de equipamentos e materiais do SUS, por produção nacional, até 2011.				
Total		Recursos do BNDES e Setor Produtivo		

Medida 3.5: Regulamentar e alterar a legislação de compras, para permitir o uso estratégico do poder de compra do Estado para produtos inovadores de alta essencialidade para a saúde, e alterar a política tributária e tarifária para garantir a competitividade da produção local.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
3.5.1 - Reduzir a vulnerabilidade da Política Nacional de Saúde, com a elevação da capacidade produtiva e de inovação do País para os produtos estratégicos para a saúde.				
3.5.2 - Eliminar as vantagens para aquisição de produtos importados frente aos produzidos no País que atendam ao Sistema Nacional de Saúde e estimular a produção local.				
Total		Medida não orçamentária		

Medida 3.6: Fomentar redes tecnológicas voltadas à regulação e à qualidade dos produtos de saúde, incluindo laboratórios de testes e certificação de produtos para a saúde.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
3.6.1 - Melhorar a qualidade dos produtos industriais de saúde, nos padrões de avaliação e incorporação tecnológica no SUS, mediante o suporte a 2 redes tecnológicas, até 2011.	2 redes	72.000.000	-	72.000.000
Total		72.000.000	-	72.000.000

Medida 3.7: Fomentar projetos envolvendo temas de fronteiras, com ênfase no desenvolvimento de produtos e processos com impacto na indústria e no serviço de saúde (em cooperação com o MCT para articular inovação e poder de compra).

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
3.7.1 - Fortalecer a capacidade instalada de pesquisa em saúde no País, envolvendo o domínio de técnicas e conhecimento de fronteira com alta expectativa de absorção pela indústria e serviços de saúde (terapia celular, anticorpos monoclonais, farmacogenômica etc).		747.213.000	507.213.000	240.000.000
Total		747.213.000	507.213.000	240.000.000

Medida 3.8: Consolidar a Rede Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde mediante a expansão institucional da Fiocruz para as regiões menos desenvolvidas do País, segundo a estratégia de regionalização do desenvolvimento da C&T em Saúde.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
3.8.1 - Estruturar 5 novas unidades da FIOCRUZ (RO, PI, CE, MS, PR) de referência regional, até 2011.	5 unidades	76.000.000	-	76.000.000
Total		76.000.000	-	76.000.000

Medida 3.9: Implantar o Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde na Fiocruz.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
3.9.1 - Prover o País de uma plataforma de serviços tecnológicos em saúde capaz de atender à demanda das instituições científicas e tecnológicas e das empresas.	1 centro	70.000.000	52.000.000	18.000.000
Total		70.000.000	52.000.000	18.000.000

Medida 3.10: Promover e modernizar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária para garantir a qualidade e a eficiência do processo de produção e de inovação nacional, garantindo a harmonização regulatória em relação às importações, consoante com a garantia da qualidade e da segurança dos produtos em saúde.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
3.10.1 - Adequar e melhorar a qualidade da produção nacional, permitindo ganhos de competitividade e viabilizando a inovação, até 2010.				
Total		Medida não orçamentária		

Medida 3.11: Fomentar a criação e ampliação de duas redes de pesquisa clínica voltadas para as prioridades do SUS.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
3.11.1 - Melhorar os padrões de avaliação e incorporação tecnológica no SUS, até 2011 e implantar/ampliar duas redes de pesquisas clínicas, até 2011.	2 redes	35.000.000	-	35.000.000
Total		35.000.000	-	35.000.000

Medida 3.12: Fomentar a criação de dois centros de toxicologia capazes de atender à demanda da indústria em itens prioritários para o SUS.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
3.12.1 - Atender a 100% da demanda da indústria da saúde voltada para as prioridades do SUS e a 100% da demanda das instituições científicas e tecnológicas e implantar 2 centros de toxicologia.	2 centros	35.000.000	-	35.000.000
Total		35.000.000	-	35.000.000

Medida 3.13: Fomentar a criação de uma rede de biotério de alto desempenho no País (em cooperação com o Ministério da Ciência e Tecnologia).

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
3.13.1 - Dispor de 3 biotérios capazes de elevar o atendimento à demanda das instituições de C&T e das empresas, até 2011, e implantar uma rede de biotérios.	3 biotérios	50.000.000	-	50.000.000
Total		50.000.000	-	50.000.000

Medida 3.14: Concluir o investimento na Hemobrás possibilitando ao País o domínio da tecnologia de fracionamento industrial do plasma e aumentando o grau de auto-suficiência em Hemoderivados.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
3.14.1 - Fábrica concluída até 2010: <ul style="list-style-type: none"> • atender 100% da demanda por Fator IX a partir do segundo ano de produção; • atender 30% da demanda por Fator VIII a partir do quinto ano de produção; • atender 100% da demanda projetada (superior à atual) para Imunoglobulina, a partir do quinto ano de produção; • atender 100% da demanda do SUS por Albumina em 2015. 	Fábrica concluída	162.000.000	162.000.000	-
Total		162.000.000	162.000.000	-

Eixo 3 – Complexo Industrial da Saúde - Consolidado de Medidas e Recursos

Em R\$ 1,00

Medidas	Recursos 2008/2011			Recursos para Expansão			
	Total	Assegurado (PPA)	Expansão	2008	2009	2010	2011
3.1: Implementar um Programa Nacional para Produção Estratégica do Complexo Industrial da Saúde, objetivando as necessidades da saúde, articulando o fomento à inovação e a política de compras governamentais, mediante parceria com o MDIC/BNDES, o MCT, unidades da federação e o Ministério da Saúde.	-	-	-	-	-	-	-
3.2: Investir na rede de Laboratórios Oficiais de Medicamentos, estruturando a produção pública e a transferência de tecnologia de farmoquímicos estratégicos para o País, incluindo a nacionalização de anti-retrovirais e de pelo menos 50% da demanda local de insulina.	551.043.478	388.000.000	163.043.478	27.173.913	33.967.391	40.760.870	61.141.304
3.3: Investir nos produtores públicos de vacinas, dotando o País de capacitação tecnológica e competitiva em novos imunobiológicos, com destaque para as vacinas contra pneumococcus, Meningo C, dupla viral (sarampo/rubéola), heptavalente, rotavírus, gripe e meningites e Dengue.	215.652.174	50.000.000	165.652.174	27.608.696	34.510.870	41.413.043	62.119.565

continua

Medidas	Recursos 2008/2011			Recursos para Expansão			
	Total	Assegurado (PPA)	Expansão	2008	2009	2010	2011
3.4: Fomentar a capacidade produtiva e de inovação nas indústrias privadas nacionais de medicamentos, equipamentos e materiais em parceria com o BNDES e FINEP.	-	-	-	-	-	-	-
3.5: Regular e alterar a legislação de compras para permitir o uso estratégico do poder de compra do Estado para produtos inovadores de alta essencialidade para a saúde.	-	-	-	-	-	-	-
3.6: Fomentar redes tecnológicas voltadas à regulação e à qualidade dos produtos de saúde, incluindo laboratórios de testes e certificação de produtos para a saúde.	72.000.000	-	72.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000
3.7: Fomentar projetos envolvendo temas de fronteiras, com ênfase no desenvolvimento de produtos e processos com impacto na indústria e no serviço de saúde (em cooperação com o MCT para articular inovação e poder de compra).	747.213.000	507.213.000	240.000.000	30.000.000	60.000.000	65.640.000	84.360.000
3.8: Consolidar a Rede Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde mediante a expansão institucional da Fiocruz para as regiões menos desenvolvidas do País, segundo a estratégia de regionalização do desenvolvimento da C&T em Saúde.	76.000.000	-	76.000.000	19.000.000	19.000.000	19.000.000	19.000.000
3.9: Implantar o Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde na Fiocruz.	70.000.000	52.000.000	18.000.000	4.500.000	4.500.000	4.500.000	4.500.000

continua

Medidas	Recursos 2008/2011			Recursos para Expansão			
	Total	Assegurado (PPA)	Expansão	2008	2009	2010	2011
3.10: Promover e modernizar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária para garantir a qualidade e a eficiência do processo de produção e de inovação nacional, garantindo a harmonização regulatória em relação às importações, consoante com a garantia da qualidade e da segurança dos produtos em saúde.	-	-	-	-	-	-	-
3.11: Fomentar a criação e a ampliação de duas redes de pesquisa clínica voltadas para as prioridades do SUS.	35.000.000	-	35.000.000	8.750.000	8.750.000	8.750.000	8.750.000
3.12: Fomentar a criação de dois centros de toxicologia capazes de atender à demanda da indústria em itens prioritários para o SUS.	35.000.000	-	35.000.000	8.750.000	8.750.000	8.750.000	8.750.000
3.13: Fomentar a criação de uma rede de biotério de alto desempenho no País (em cooperação com o Ministério da Ciência e Tecnologia).	50.000.000	-	50.000.000	12.500.000	12.500.000	12.500.000	12.500.000
3.14: Concluir o investimento na Hemobrás possibilitando ao País o domínio da tecnologia de fracionamento industrial do plasma e aumentando o grau de auto-suficiência em Hemoderivados.	162.000.000	162.000.000	-	-	-	-	-
Total	2.013.908.652	1.159.213.000	854.695.652	156.282.609	199.978.261	219.313.913	279.120.870

FORÇA DE TRABALHO EM SAÚDE



Eixo 4 – Força de Trabalho em Saúde

As lacunas observadas na força de trabalho em saúde constituem certamente um dos maiores obstáculos para as ações de saúde. O contexto atual é difícil e seu equacionamento no âmbito deste programa adquire um caráter estratégico. O SUS apresenta uma grande insuficiência de recursos humanos em determinadas áreas e regiões, carecendo de políticas sistemáticas de capacitação, de um sistema de remuneração compatível, de estímulos à fixação de profissionais em regiões de reduzido acesso, da adequação dos currículos para as mudanças pretendidas no modelo de atenção e de condições adequadas em termos de vínculos empregatícios de grande parte dos profissionais de saúde do País.

Diretriz

- Ampliar e qualificar a força de trabalho em saúde, caracterizando-a como um investimento essencial para a perspectiva de evolução do SUS.

Medidas

- 4.1. Prover acesso ao Telessaúde a todas às Equipes de Saúde da Família em localidades remotas e periferias urbanas, visando a educação permanente dos profissionais e o apoio remoto às ações de diagnóstico e tratamento, permitindo maior resolutividade e qualidade no atendimento.
- 4.2. Estabelecer uma ação integrada com o Ministério da Defesa para suprir a deficiência de médicos, odontólogos e profissionais de saúde em áreas pouco desenvolvidas do País e visando garantir capacidade rápida e eficiente de resposta às emergências em saúde.
- 4.3. Qualificar e adequar a formação profissional em saúde com a colaboração de equipes de saúde da família selecionadas, utilizando ambientes comunitários e de centros de saúde, através da concessão de bolsas para que Equipes de Saúde da Família assumam papel destacado no ensino.
- 4.4. Promover a especialização dos profissionais de nível superior das Equipes de Saúde da Família por meio da Universidade Aberta de Educação Permanente em Saúde.
- 4.5. Capacitar profissionais de nível médio em áreas técnicas estratégicas para a Saúde – Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS).
- 4.6. Implementar Programa Nacional de Qualificação de Gestores e Gerentes do SUS.
- 4.7. Criar a Escola de Governo em Saúde no DF.
- 4.8. Reconstituir a força de trabalho da saúde na esfera federal pela criação de carreiras específicas para o Ministério da Saúde.

Valor Total do Eixo Força de Trabalho em Saúde para 8 Medidas e 9 Metas: R\$ 2,5 bilhões

Plano Plurianual: R\$ 1,7 bilhão

Expansão: R\$ 0,8 bilhão

Eixo 4 – Força de Trabalho em Saúde – Detalhamento das Metas Físicas e Financeiras

Medida 4.1: Prover acesso ao Telessaúde às Equipes de Saúde da Família em localidades remotas e periferias urbanas, visando a educação permanente dos profissionais e o apoio remoto às ações de diagnóstico e tratamento, permitindo maior resolutividade e qualidade no atendimento.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
4.1.1 - Prover acesso ao TELESSAUDE a 70% das equipes de Saúde da Família, totalizando 27.800 equipes, até 2011.	27.800 equipes	83.477.487	60.000.000	23.477.487
Total		83.477.487	60.000.000	23.477.487

Medida 4.2: Estabelecer uma ação integrada com o Ministério da Defesa para suprir a deficiência de médicos, odontólogos e profissionais de saúde em áreas pouco desenvolvidas do País, visando garantir capacidade rápida e eficiente de resposta às emergências em saúde.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
4.2.1 - Criar uma força nacional de emergência, em 1.000 municípios, com 2.000 médicos; 1.000 enfermeiros e 1.000 odontólogos, até 2011.	1.000 municípios	326.000.000	326.000.000	-
4.2.2 - Estabelecer ações articuladas de infraestrutura em saúde para o suporte ao atendimento às localidades e populações sob risco, com destaque para a Fronteira e para a região Amazônica.	1.000 municípios	20.000.000	20.000.000	-
Total		346.000.000	346.000.000	

Medida 4.3 : Qualificar e adequar a formação profissional em saúde com a colaboração de equipes de saúde da família selecionadas, utilizando ambientes comunitários e de centros de saúde, através da concessão de bolsas para que Equipes de Saúde da Família assumam papel destacado no ensino.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
4.3.1 - Disponibilizar bolsas de estudo para profissionais, professores e alunos, totalizando mais de 20 mil bolsas, até 2011. <ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar bolsas de estudo para profissionais do PSF (preceptor). (1.422 bolsas de estudo) Disponibilizar bolsas de estudo para professores/tutores. (474 bolsas de estudo) Disponibilizar bolsas de estudo para alunos de graduação. (14.322 bolsas de estudo) 	16.118 bolsas de estudo	74.976.557	40.000.000	34.976.557
Total		74.976.557	40.000.000	34.976.557

Medida 4.4: Promover a especialização dos profissionais de nível superior das Equipes de Saúde da Família por meio da Universidade Aberta de Educação Permanente em Saúde.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
4.4.1 - Especializar 52.172 profissionais de nível superior das Equipes de Saúde da Família, 65% do total.	52.172 profissionais	260.860.969	-	260.860.969
Total		260.860.969	-	260.860.969

Medida 4.5: Capacitar profissionais de nível médio em áreas técnicas estratégicas para a Saúde – Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS).

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
4.5.1 - Capacitar técnicos nas áreas de: Radiologia, Patologia Clínica e Citotécnico, Hemoterapia; Manutenção de Equipamentos, Higiene Dental – THD/ Auxiliar de Consultório Dentário, Prótese Dentária, Agente Comunitário de Saúde – Formação Inicial, Vigilância em Saúde, Enfermagem, Cuidadores para pessoas idosas.	260.000 técnicos	625.548.558	120.000.000	505.548.558
Total		625.548.558	120.000.000	505.548.558

Medida 4.6: Implementar Programa Nacional de Qualificação de Gestores e Gerentes do SUS.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
4.6.1 - Qualificar profissionais que exercem função de gestão ou gerência nas instâncias federal, estadual e municipal do SUS.	110.000 profissionais	180.000.000	180.000.000	-
Total		180.000.000	180.000.000	-

Medida 4.7: Criar a Escola de Governo em Saúde no DF.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
4.7.1 - Dispor da escola em funcionamento até 2011.	1 escola	20.500.000	20.500.000	-
Total		20.500.000	20.500.000	-

Medida 4.8: Recompôr a força de trabalho da saúde na esfera federal pela criação de carreiras específicas para o Ministério da Saúde.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
4.8.1 - Realizar concursos para recomposição da força de trabalho do Ministério da Saúde, a partir de julho de 2008, contratando 5.000 servidores, até 2011.	5.000 servidores	967.680.000	967.680.000	-
Total		967.680.000	967.680.000	-

Eixo 4 – Força de Trabalho em Saúde - Consolidado de Medidas e Recursos

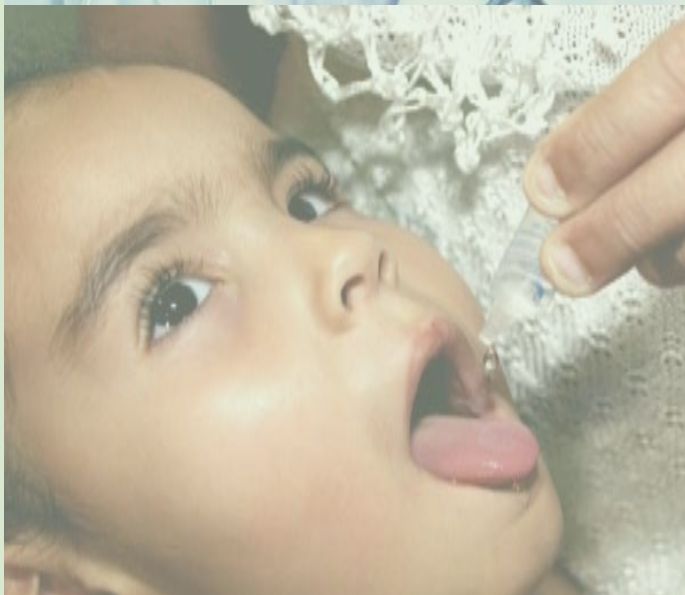
Em R\$ 1,00

Medidas	Recursos 2008/2011			Recursos para Expansão			
	Total	Assegurado (PPA)	Expansão	2008	2009	2010	2011
4.1: Prover acesso ao Telessaúde a todas às Equipes de Saúde da Família em localidades remotas e periferias urbanas, visando a educação permanente dos profissionais e o apoio remoto às ações de diagnóstico e tratamento, permitindo maior resolutividade e qualidade no atendimento.	83.478.261	60.000.000	23.478.261	3.913.043	4.891.304	5.869.565	8.804.348
4.2: Estabelecer uma ação integrada com o Ministério da Defesa para suprir a deficiência de médicos, odontólogos e profissionais de saúde em áreas pouco desenvolvidas do País e visando garantir capacidade rápida e eficiente de resposta às emergências em saúde.	346.000.000	346.000.000	-	-	-	-	-
4.3: Qualificar e adequar a formação profissional em saúde com a colaboração de equipes de saúde da família selecionadas, utilizando ambientes comunitários e de centros de saúde, através da concessão de bolsas para que Equipes de Saúde da Família assumam papel destacado no ensino.	74.976.557	40.000.000	34.976.557	5.829.426	7.286.783	8.744.139	13.116.209
4.4: Promover a especialização dos profissionais de nível superior das Equipes de Saúde da Família por meio da Universidade Aberta de Educação Permanente em Saúde.	260.860.969	-	260.860.969	30.476.828	54.346.035	67.659.242	108.378.863

continua

Medidas	Recursos 2008/2011			Recursos para Expansão			
	Total	Assegurado (PPA)	Expansão	2008	2009	2010	2011
4.5: Capacitar profissionais de nível médio em áreas técnicas estratégicas para a Saúde – Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS).	625.548.558	120.000.000	505.548.558	60.258.093	105.322.616	130.899.139	209.068.709
4.6: Implementar Programa Nacional de Qualificação de Gestores e Gerentes do SUS.	180.000.000	180.000.000	-	-	-	-	-
4.7: Criar a Escola de Governo em Saúde no DF.	20.500.000	20.500.000	-	-	-	-	-
4.8: Recompôr a força de trabalho da saúde na esfera federal pela criação de carreiras específicas para o Ministério da Saúde.	967.680.000	967.680.000	-	-	-	-	-
Total	2.559.044.345	1.734.180.000	824.864.344	100.477.391	171.846.738	213.172.086	339.368.129

QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO



Eixo 5 – Qualificação da Gestão

O modelo de gestão democrático e participativo do SUS constitui um ganho expressivo da sociedade brasileira que tem conferido estabilidade institucional e legitimidade ao SUS. Não obstante, torna-se ainda necessário avançar tanto na gestão sistêmica no contexto de uma estratégia de regionalização pactuada em torno de compromissos quanto na mudança no modelo de gestão das unidades de saúde para dotá-las de maior flexibilidade, tendo como contrapartida o compromisso com resultados.

A natureza pública do sistema deve ser compatível com sua modernização para melhor atender às necessidades da população. Não se pode deixar a luta pela modernização e pela eficiência do Estado para aqueles segmentos que, de fato, questionam o SUS como um bem público. É urgente que o movimento da saúde assuma a bandeira da modernização do Estado para torná-lo mais forte e eficiente.

Diretrizes

- Fortalecer, aprofundar e aperfeiçoar a gestão descentralizada do Sistema Único de Saúde e ampliar as responsabilidades das três esferas de governo quanto aos resultados da saúde, tendo como instrumentos centrais o Pacto em Defesa do SUS, o Pacto pela Vida, o Pacto de Gestão e os processos de pactuação intergestores tripartite e bipartite.
- Estabelecer novos modelos de gestão que garantam os princípios do SUS e que permitam que as instituições de saúde operem com maior eficiência e qualidade, pactuando compromissos com resultados.

Medidas

- 5.1. Desenvolver sistema integrado de planejamento, informação, monitoramento, controle e avaliação das ações de saúde com foco no repasse dos recursos federais, viabilizando o estabelecimento de mecanismos de premiação a partir de metas contratualizadas e resultados obtidos.
- 5.2. Fortalecer o Sistema Nacional de Auditoria do SUS, componentes federal e estadual, e implementar o componente municipal do SNA.
- 5.3. Implantar Complexos Reguladores como estratégia para garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde reduzindo as filas de espera nos serviços de saúde do SUS.
- 5.4. Modernizar a gestão dos hospitais filantrópicos por meio de contratos de gestão.
- 5.5. Aprovar o projeto de Lei Complementar e as leis ordinárias necessárias para implantar o modelo de Fundação Estatal de direito privado aos hospitais públicos federais.

Valor Total do Eixo Qualificação da Gestão para 5 Medidas e 11 Metas: R\$ 1,9 bilhão

Plano Plurianual: R\$ 1,3 bilhão

Expansão: R\$ 0,6 bilhão

Eixo 5 – Qualificação da Gestão – Detalhamento das Metas Físicas e Financeiras

Medida 5.1: Desenvolver sistema integrado de planejamento, informação, monitoramento, controle e avaliação das ações de saúde com foco no repasse dos recursos federais, viabilizando o estabelecimento de mecanismos de premiação a partir de metas contratualizadas.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
5.1.1 - Estabelecer contratos de desempenho com as 27 UFs, tendo como base os cinco blocos de financiamento (Atenção Básica, Alta e Média Complexidade, Gestão, Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica).	27 UFs com contrato			
5.1.2 - Criar mecanismos (fundo) e critérios que permitam a premiação por desempenho dos municípios que alcancem ou superem as metas pactuadas.		326.086.957	-	326.086.957
5.1.3 - Desenvolver sistema informatizado de monitoramento e avaliação da gestão do SUS.		65.500.000	65.500.000	-
5.1.4 - Sancionar Lei de Responsabilidade Social/Sanitária até 2008.				
Total		391.586.957	65.500.000	326.086.957

Medida 5.2: Fortalecer o Sistema Nacional de Auditoria do SUS, componentes federal e estadual, e implementar o componente municipal do SNA.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
5.2.1 - Implantar o Sistema de Auditoria do SUS – nas 27 UF, em municípios acima de 100.000 habitantes e nas capitais, equipando as unidades descentralizadas do DENASUS e fortalecendo os recursos humanos necessários.	302 unidades	43.500.000	40.000.000	3.500.000
Total		43.500.000	40.000.000	3.500.000

Medida 5.3: Implantar Complexos Reguladores como estratégia para garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde reduzindo as filas de espera nos serviços de saúde do SUS.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
5.3.1 - Implantar 302 Complexos Reguladores, sendo 01 em cada estado e em municípios com mais de 100 mil habitantes para agendamento de consultas, internações e exames especializados até 2011 ao custo médio de R\$ 246 mil.	302 complexos reguladores	74.197.595	62.711.298	11.486.297
5.3.2 - Informatizar todas as unidades públicas de saúde de forma a possibilitar a integração aos complexos reguladores (60.000 unidades, sendo 55.000 já existentes e 5.000 novas unidades de Saúde da Família) ao custo médio de R\$ 4 mil por unidade, até 2011.	60.000 unidades	240.168.898	202.989.104	37.179.794

continua

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
5.3.3 - Expandir o Cartão Nacional de Saúde (CNS), unificando nacionalmente as diversas bases existentes, abrangendo 100 milhões de pessoas, 80% da população usuária do SUS, até 2011.	100 milhões habitantes	283.584.045	239.683.288	43.900.757
5.3.4 - Participar do custeio do funcionamento dos complexos reguladores ao custo médio de R\$ 343 mil.	302 complexos reguladores	103.723.405	87.666.310	16.057.095
Total		701.673.942	593.050.000	108.623.942

Medida 5.4: Modernizar a gestão dos hospitais filantrópicos por meio de contratos de gestão.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
5.4.1 - Estabelecer contratos de gestão com 54% dos hospitais filantrópicos da rede SUS, passando de 600 hospitais contratualizados para 966, em 2011, o que implica no pagamento de incentivo proporcional à produção equivalente a uma média anual de R\$ 267 mil por hospital.	966 hospitais	806.223.913	640.800.000	165.423.913
Total		806.223.913	640.800.000	165.423.913

Medida 5.5: Aprovar o projeto de Lei Complementar e as leis ordinárias necessárias para implantar o modelo de Fundação Estatal de direito privado aos hospitais públicos federais.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
5.5.1 - Implantar em todos os hospitais públicos federais o modelo de Fundação Estatal.	9 hospitais			
Total		Medida não orçamentária		

Eixo 5 – Qualificação de Gestão – Consolidado de Medidas e Recursos

Em R\$ 1,00

Medidas	Recursos 2008/2011			Recursos para Expansão			
	Total	Assegurado (PPA)	Expansão	2008	2009	2010	2011
5.1: Desenvolver sistema integrado de planejamento, informação, monitoramento, controle e avaliação das ações de saúde com foco no repasse dos recursos federais, viabilizando o estabelecimento de mecanismos de premiação a partir de metas contratualizadas e resultados obtidos.	391.586.957	65.500.000	326.086.957	-	67.934.783	91.739.130	166.413.043
5.2: Fortalecer o Sistema Nacional de Auditoria do SUS, componentes federal e estadual, e implementar o componente municipal do SNA.	43.500.000	40.000.000	3.500.000	758.461	831.197	911.078	999.264
5.3: Implantar Complexos Reguladores como estratégia para garantir o acesso equitativo aos serviços de saúde reduzindo as filas de espera nos serviços de saúde do SUS.	701.673.942	593.050.000	108.623.942	18.103.990	22.629.988	27.155.986	40.733.978
5.4: Modernizar a gestão dos hospitais filantrópicos por meio de contratos de gestão.	806.223.913	640.800.000	165.423.913	27.570.652	34.463.315	41.355.978	62.033.967
5.5: Aprovar o projeto de Lei Complementar e as leis ordinárias necessárias para implantar o modelo de Fundação Estatal de direito privado aos hospitais públicos federais.	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.241.310.870	746.300.000	495.010.870	28.329.113	103.229.295	134.006.187	229.446.275

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL



Eixo 6 – Participação e Controle Social

As conquistas populares no Brasil têm apresentado trajetória emblemática para a mobilização social em defesa do direito à saúde. A década de 80 representou o momento de institucionalização das práticas inovadoras para o setor, fundamentadas na concepção da saúde como produção social e direito, que foram consolidadas na década de 90, nas Conferências e nos Conselhos de Saúde.

A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, tornou-se um marco por ter discutido o aprofundamento dos grandes temas que subsidiaram a Assembléia Nacional Constituinte culminando na inscrição, na Constituição Federal, da participação da comunidade como uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde criado pelo artigo 198, cujo inciso III assegura essa participação.

As últimas Conferências Nacionais de Saúde, da 9ª à 12ª, reafirmam como indispensáveis a implementação e o fortalecimento dos mecanismos de controle social existentes.

A 12ª Conferência Nacional de Saúde afirma a necessidade de “*estimular e fortalecer a mobilização social e a participação cidadã nos diversos setores organizados da sociedade, com a aplicação dos meios legais disponíveis, visando efetivar e fortalecer o Controle Social na formulação, regulação e execução das políticas públicas, de acordo com as mudanças desejadas para a construção do SUS que queremos*”.

Nesse processo, algumas propostas emanadas das Conferências devem ser destacadas e valorizadas como desafios à consolidação e ao fortalecimento do controle social no SUS:

- garantia de efetiva implantação dos Conselhos de Saúde estaduais e municipais, assegurando aos mesmos infra-estrutura e apoio para o seu fortalecimento e pleno funcionamento;
- consolidação do caráter deliberativo e fiscalizador dos Conselhos de Saúde, com composição paritária entre usuários e demais segmentos;
- reafirmação da participação popular e do controle social na construção do modelo de atenção à saúde, requerendo o envolvimento dos movimentos sociais considerados sujeitos estratégicos para a gestão participativa;
- aperfeiçoamento dos atuais canais de participação social, criação e ampliação de novos canais de interlocução entre usuários e sistema de saúde, e de mecanismos de escuta do cidadão, como serviços de ouvidoria e outros.

Diretriz

- Fortalecer a participação e o controle social sobre todas as instâncias e os agentes que fazem parte do SUS, fortalecendo os laços políticos que garantem a sustentabilidade das ações em saúde.

Medidas

- 6.1. Dotar os Conselhos de Saúde de infra-estrutura e apoio logístico para exercer seu papel no controle social.
- 6.2. Apoiar a educação permanente de agentes e conselheiros para o controle social e a ação participativa.
- 6.3. Implantar o Sistema Nacional de Ouvidoria do SUS.
- 6.4. Expandir a divulgação e o uso pela população da Carta de Direitos do Usuário da Saúde e implantar o Portal dos direitos do usuário dos serviços de saúde.

Valor Total do Eixo Participação e Controle Social para 4 Medidas e 5 Metas: R\$ 296 milhões

Plano Plurianual: R\$ 267 milhões

Expansão: R\$ 29 milhões

Eixo 6 – Participação e Controle Social – Detalhamento das Metas Físicas e Financeiras

Medida 6.1: Dotar os Conselhos de Saúde de infra-estrutura e apoio logístico para exercer seu papel no controle social.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
6.1.1 - Apoiar a estruturação dos conselhos estaduais das 27 UFs e dos conselhos municipais dos 5.562 municípios.	5.589 conselhos	28.000.000	28.000.000	-
Total		28.000.000	28.000.000	-

Medida 6.2: Apoiar a educação permanente de agentes e conselheiros para o controle social e a ação participativa.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
6.2.1 - Realizar 700 cursos e seminários, formando 270 mil atores sociais e capacitar 100 mil conselheiros em informática e informação em saúde, até 2011.	270.000 atores sociais 100.000 conselheiros	107.260.870	104.000.000	3.260.870
Total		107.260.870	104.000.000	3.260.870

Medida 6.3: Implantar o Sistema Nacional de Ouvidoria do SUS.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
6.3.1 - Implementar a Ouvidoria do SUS em: 27 UFs, 40 municípios com mais de 100 mil habitantes, 07 hospitais próprios, 27 hospitais universitários, 03 institutos federais e viabilizar 10 milhões de atendimentos ao cidadão e usuários do SUS, via 0800 (DDG)	104 unidades 10 milhões de atendimentos ano	159.840.000	135.000.000	24.840.000
Total		159.840.000	135.000.000	24.840.000

Medida 6.4: Expandir a divulgação e o uso pela população da Carta de Direitos do Usuário da Saúde e implantar o Portal dos Direitos do Usuário dos Serviços de Saúde.

Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
6.4.1 - Distribuir a Carta de Direitos dos Usuários da Saúde para instituições de saúde, educação e controle social em 100% dos municípios.	5.562 municípios	924.261	-	924.261
6.4.2 - Dispor do Portal em funcionamento em 2008.	1 portal	425.739	-	425.739
Total		1.350.000	-	1.350.000

Eixo 6 – Participação e Controle Social - Consolidado de Medidas e Recursos

Em R\$ 1,00

Medidas	Recursos para 2008/2011			Recursos Expansão			
	Total	Assegurado (PPA)	Expansão	2008	2009	2010	2011
6.1: Dotar os Conselhos de Saúde de infra-estrutura e apoio logístico para exercer seu papel no controle social.	28.000.000	28.000.000	-	-	-	-	-
6.2: Apoiar a educação permanente de agentes e conselheiros para o controle social e a ação participativa.	107.260.870	104.000.000	3.260.870	543.478	679.348	815.217	1.222.826
6.3: Implantar o Sistema Nacional de Ouvidoria do SUS.	159.840.000	135.000.000	24.840.000	5.382.903	5.899.124	6.466.051	7.091.921
6.4: Expandir a divulgação e o uso pela população da Carta de Direitos do Usuário da Saúde e implantar o Portal dos direitos do usuário dos serviços de saúde.	1.350.000	-	1.350.000	625.739	219.380	240.901	263.980
Total	296.450.870	267.000.000	29.450.870	6.552.121	6.797.852	7.522.170	8.578.727

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL



Eixo 7 – Cooperação Internacional

A Saúde constitui uma das áreas com maior potencialidade para contribuir com as estratégias da política externa brasileira voltada à cooperação, tanto sob o prisma da geopolítica internacional e da necessidade de fortalecimento de blocos regionais, em função de seu padrão de inserção internacional, quanto sob o prisma estratégico para o Governo, de fortalecimento dos laços de solidariedade com nações menos desenvolvidas.

Diretriz

- Fortalecer a presença do Brasil no cenário internacional na área da Saúde, em estreita articulação com o Ministério das Relações Exteriores, ampliando sua presença nos órgãos e programas de saúde das Nações Unidas e cooperando com o desenvolvimento dos sistemas de saúde dos países da América do Sul, em especial com o Mercosul, com os países da América Central, com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e com os países da África.

Medidas

- 7.1. Contribuir para o desenvolvimento de estruturas e dos sistemas de saúde dos países da América do Sul e Central, da CPLP e outros países africanos
- 7.2. Apoiar a formação em larga escala de técnicos da área da saúde em países da CPLP, através da específica experiência do Brasil com o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - PROFAE.
- 7.3. Inserir o programa de saúde para a fronteira (SIS-Fronteira) na perspectiva de fortalecimento da integração da América do Sul.
- 7.4. Apoiar a constituição da Rede Pan-Amazônica de CTI.

Valor Total do Eixo Cooperação Internacional para 4 Medidas e 8 Metas: R\$ 58 milhões

Plano Plurianual: R\$ 15 milhões

Expansão: R\$ 43 milhões

Eixo 7 – Cooperação Internacional – Detalhamento das Metas Físicas e Financeiras

Medida 7.1: Contribuir para o desenvolvimento de estruturas e dos sistemas de saúde dos países da América do Sul e Central, da CPLP e outros países africanos				
Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
7.1.1 - Apoiar 20 Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP); apoiar 25 Escolas de Saúde Pública (ESP) e apoiar 50 Escolas Técnicas.	20 INSP 25 ESP 50 Escolas	20.000.000	-	20.000.000
7.1.2 - Instalar o escritório da FIOCRUZ junto à União Africana.	Escritório Instalado	2.100.000		2.100.000
7.1.3 - Implantar Fábrica de antiretrovirais em Moçambique.	Fábrica implantada	20.000.000	-	20.000.000
7.1.4 - Prestar cooperação técnica para o tratamento e reabilitação de vítimas de minas terrestres, pelo INTO, notadamente em Angola.	Cooperação técnica			
7.1.5 - Cooperação técnica para produção de Interferon Peguilado com o Governo de Cuba.	Cooperação técnica			
Total		42.100.000	-	42.100.000

Medida 7.2: Apoiar a formação em larga escala de técnicos da área da saúde em países da CPLP, através da específica experiência do Brasil com o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - PROFAE.				
Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
7.2.1 - Apoiar 5 países (Angola, São Tomé, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde) mediante a cooperação técnica para formação docente de profissionais para ofertar cursos descentralizados de qualificação na área de auxiliar de enfermagem e agente comunitário de saúde.	5 países	1.000.000		1.000.000
Total		1.000.000	-	1.000.000

Medida 7.3: Inserir o programa de saúde para a fronteira (SIS-Fronteira) na perspectiva de fortalecimento da integração da América do Sul				
Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
7.3.1 - Estabelecer acordos com pelo menos 7 países da região fortalecendo o bloco regional.	7 acordos			
7.3.2 - Melhorar os serviços de saúde dos 121 municípios de fronteira.	121 municípios	15.000.000	15.000.000	-
Total		15.000.000	15.000.000	-

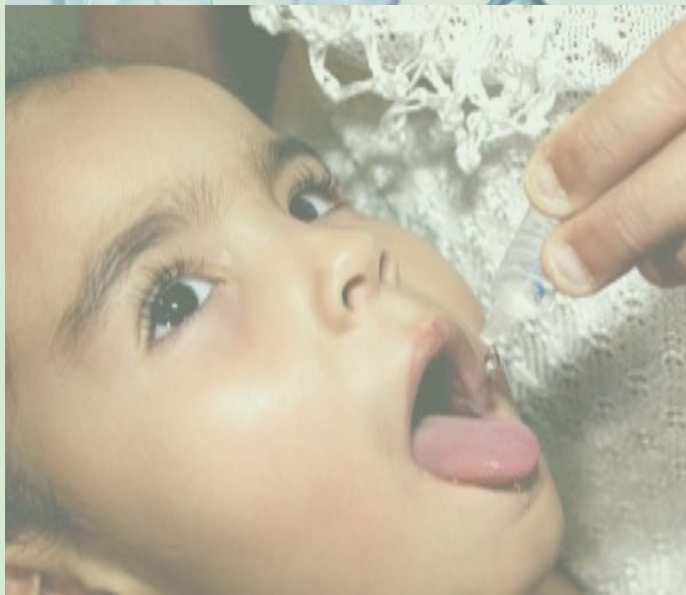
Medida 7.4: Apoiar a constituição da Rede Pan-Amazônica de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI).				
Meta(s)	Meta Física até 2011	Meta Financeira 2008/2011		
		Total	PPA	Expansão
Apoiar a constituição da Rede Pan-Amazônica de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI).	1 Rede			
Total	Medida não orçamentária			

Eixo 7 – Cooperação Internacional – Consolidado de Medidas e Recursos

Em R\$ 1,00

Medidas	Recursos 2008/2011			Recursos para Expansão			
	Total	Assegurado (PPA)	Expansão	2008	2009	2010	2011
7.1: Contribuir para o desenvolvimento de estruturas e dos sistemas de saúde dos países da América do Sul e Central, da CPLP e outros países africanos	42.100.000	-	42.100.000	3.333.333	4.166.667	5.000.000	7.500.000
7.2: Apoiar a formação em larga escala de técnicos da área da saúde em países da CPLP, através da específica experiência do Brasil com o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - PROFAE.	1.000.000	-	1.000.000	166.667	208.333	250.000	375.000
7.3: Inserir o programa de saúde para a fronteira (SIS-Fronteira) na perspectiva de fortalecimento da integração da América do Sul.	15.000.000	15.000.000	-	-	-	-	-
7.4: Apoiar a constituição da Rede Pan-Amazônica de CTI.	-	-	-	-	-	-	-
Total	58.100.000	15.000.000	43.100.000	8.184.061	9.562.197	10.981.160	14.372.582

RECURSOS TOTAIS CONSOLIDADOS POR EIXOS



Recursos Totais Consolidados por Eixos

Eixos	Recursos 2008/2011			Recursos para Expansão			
	Total	Assegurado	Expansão	2008	2009	2010	2011
Eixo 1 - Promoção da Saúde	2.206.133.371	531.080.890	1.675.052.479	196.784.586	348.000.479	438.985.215	691.282.199
Eixo 2 - Atenção à Saúde	80.067.810.244	60.098.608.401	19.969.201.843	3.485.286.131	4.137.955.191	4.948.863.282	7.397.097.240
Eixo 3 - Complexo Industrial da Saúde	2.013.908.652	1.159.213.000	854.695.652	156.282.609	199.978.261	219.313.913	279.120.870
Eixo 4 - Força de Trabalho em Saúde	2.559.044.345	1.734.180.000	824.864.344	100.477.391	171.846.738	213.172.086	339.368.129
Eixo 5 - Qualificação da Gestão	1.942.984.812	1.339.350.000	603.634.812	46.433.103	125.859.283	161.162.173	270.180.253
Eixo 6 - Participação e Controle Social	296.450.870	267.000.000	29.450.870	6.552.121	6.797.852	7.522.170	8.578.727
Eixo 7 - Cooperação Internacional	58.100.000	15.000.000	43.100.000	8.184.060	9.562.197	10.981.161	14.372.582
Total	89.144.432.294	65.144.432.291	24.000.000.000	4.000.000.000	5.000.000.000	6.000.000.000	9.000.000.000

Estimativa de Empregos Gerados

Segmento de Atividade	Estimativa 2008 a 2011		
	Empregos Diretos	Empregos Indiretos	Total
Promoção e Atenção	850.776	1.701.551	2.552.327
Saúde Complementar	13.751	27.502	41.253
Complexo Industrial *	193.352	435.425	628.777
Total Saúde	1.057.879	2.164.478	3.222.357

Fonte: RAIS, TEM, 31/12/2005

* Complexo Industrial inclui empregos do comércio atacadista e varejista

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada
na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde:

<http://www.saude.gov.br/bvs>

O conteúdo desta e de outras obras da Editora do Ministério da Saúde
pode ser acessado na página:

<http://www.saude.gov.br/editora>



EDITORA MS
Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE
MINISTÉRIO DA SAÚDE
(Normalização, revisão, editoração, impressão e acabamento)

SIA, trecho 4, lotes 540/610 – CEP: 71200-040
Telefone: (61) 3233-2020 Fax: (61) 3233-9558

E-mail: editora.ms@saude.gov.br

Home page: <http://www.saude.gov.br/editora>

Brasília – DF, novembro de 2007
OS 1052/2007

MAIS SAÚDE
DIREITO DE TODOS

Disque Saúde
0800 61 1997

Portal da Saúde
www.saude.gov.br



Ministério
da Saúde

